



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
Universidade Federal de Alfenas – Unifal-MG

Rua Gabriel Monteiro da Silva, 700 – Alfenas / MG – CEP 37130-000

Fone: (35) 3299-1000. Fax: (35) 3299-1063



PROJETO PEDAGÓGICO

CURSO DE CIÊNCIAS SOCIAIS –

LICENCIATURA

Aprovado pelo Conselho Superior da Universidade Federal de Alfenas – UNIFAL-MG, Resolução nº 012/2011 de 15 de junho de 2011.

Alterado pela Resolução CEPE nº 055/2011 de 07 de dezembro de 2011.

Alterado pela Resolução CEPE nº 051/2012 de 17 de dezembro de 2012.

Alterado pela Resolução CEPE nº 003/2014 de 10 de janeiro de 2014.

Alterado pela Resolução CEPE nº 34/2016 de 24 de outubro de 2016.

Alterado pela Resolução CEPE nº 44/2016 de 07 de dezembro de 2016.

ALFENAS - MG

2011

UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALFENAS
(Unifal-MG)

PROJETO PEDAGÓGICO
CURSO DE CIÊNCIAS
SOCIAIS – LICENCIATURA

Equipe de elaboração:

Prof. MSc. Adriano Pereira Santos

Prof. Dr. Bruno José Rodrigues Durães

Prof. Dr. Carlos Tadeu Siepierski

Prof. MSc. Gleyton Carlos da Silva Trindade

Prof. Dr. Leonardo Turchi Pacheco

Prof. Dr. Lucas Cid Gigante

Prof. Dr. Marcelo Rodrigues Conceição

Prof. MSc. Sandro Amadeu Cerveira

Alfenas - MG

2011

Dados Institucionais

Fundação:

A Universidade Federal de Alfenas (Unifal-MG), antiga Escola de Farmácia e Odontologia de Alfenas (Efoa) foi fundada no dia 03 de abril de 1914, por João Leão de Faria.

Federalização:

A federalização ocorreu com a publicação, no Diário Oficial da União (DOU) de 21 de dezembro de 1960, da lei nº 3.854/60. A transformação em Autarquia de Regime Especial efetivou-se através do Decreto nº 70.686 de 07 de junho de 1972.

Transformação em Universidade:

A transformação em Universidade Federal de Alfenas (Unifal-MG) ocorreu pela lei nº 11.154 em 29 de julho de 2005.

Endereço:

Rua Gabriel Monteiro da Silva, 700

Centro – Alfenas - MG

CEP: 37 130-000

Tel.: (35) 3299-1062

Fax: (35) 3299-1063

e-mail: Unifal@Unifal-mg.edu.br

Home Page: <http://www.Unifal-mg.edu.br>

Dirigentes da Unifal-MG:

Prof. Dr. Paulo Márcio de Faria e Silva – Reitor

Prof. Edmer Silvestre Pereira Junior – Vice-Reitor

Soraya Helena Coelho Leite – Procuradora Geral

Prof.^a Dra. Lana Ermelinda da Silva dos Santos – Pró-Reitora de Graduação

Prof. Dr. Antonio Carlos Dorigueto – Pró-Reitor de Pesquisa e Pós-Graduação

Prof.^a Dra. Maria de Fátima Sant'Anna – Pró-Reitora de Extensão

Júlio Cesar Barbosa – Pró-Reitor de Gestão de Pessoas

Vera Lúcia de Carvalho Rosa – Pró-Reitora de Administração e Finanças

Prof. Dr. Tomas Dias Santana – Pró-Reitor de Planejamento, Orçamento e
Desenvolvimento Institucional

Prof. Dr. Marcos Roberto de Faria – Pró-Reitor de Assuntos Comunitários e
Estudantis

Vilma Marques da Silva – Diretora do Departamento de Registros Gerais e
Controle Acadêmico

Sumário

INTRODUÇÃO	6
1. HISTÓRICO DA INSTITUIÇÃO	7
1.1 Concepção político-filosófica.....	9
1.2 Princípios e objetivos	11
2. O OFÍCIO DE PROFESSOR-PESQUISADOR	12
2.1 O ofício de professor da educação básica	13
2.2 O ofício de cientista social	17
3. O CURSO DE LICENCIATURA EM CIÊNCIAS SOCIAIS	22
3.1 Ingresso e objetivos	23
3.2 Competências e habilidades	24
3.3 Perfil do egresso	25
3.4 Conteúdos curriculares	26
3.5 Estrutura do curso.....	26
3.5.1 Disciplinas presenciais.....	27
3.5.2 Estágio obrigatório	28
3.5.3 TCC	30
3.5.4 Atividades complementares	31
3.5.5 Prática.....	32
3.5.6 A questão do ensino de libras.....	33
3.5.7 Dinâmica curricular	34
3.5.8 Ementas das disciplinas obrigatórias.....	37
3.5.9 Ementas das disciplinas eletivas	43
3.6 Avaliação	45
3.6.1 Ensino e aprendizagem	45
3.6.2 Acompanhamento e avaliação do Projeto Político-Pedagógico.....	46
3.6.3 Avaliação externa	48
3.7 Infraestrutura.....	48
3.7.1 Biblioteca	49
3.7.2 Recursos de informática	50
3.8 Corpo docente.....	51
4. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	51

INTRODUÇÃO

O curso de Licenciatura em Ciências Sociais foi implementado em 2009, pela Universidade Federal de Alfenas (Unifal-MG), como parte das ações de adesão da instituição ao Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (Reuni). Criado pelo governo federal em 2007, o Reuni que tinha como principais objetivos ampliar o acesso e garantir a permanência dos aprovados nos processos seletivos na educação superior.

O projeto de implantação previa a contratação de docentes para as áreas específicas e básicas, o que permitiu a reorganização do curso e, conseqüentemente, a redefinição da concepção, dos conteúdos e dos objetivos. O projeto político pedagógico ora apresentado foi fruto das discussões dos docentes e de suas experiências ao longo de suas trajetórias.

A construção deste projeto se apoiou na legislação em vigor, elaboradas pelos órgãos e comissões competentes¹, sobre: as diretrizes e bases educacionais (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB 9.364/96); as diretrizes para formação de professores da educação básica (Resolução CNE/CP 1/2002, Resolução CNE/CP 2/2002, Resolução CNE/CP 28/2001, Parecer CNE/CP 21/2001, Parecer CNE/CP 9/2001); as diretrizes para os cursos de Ciências Sociais (Parecer CNE/CES 492/2001, Parecer CNE/CES 1363/2001); leis e normas gerais (Programa de Desenvolvimento Institucional (PDI) da Unifal-MG, Lei 11.788/2008, dentre outras).

O projeto é apresentado nas seguintes partes: histórico institucional; o ofício de professor-pesquisador e o curso de Licenciatura em Ciências Sociais (objetivos, perfil dos egressos; competências e habilidades a serem desenvolvidas; estrutura do curso, formas de avaliação, infraestrutura e corpo docente).

¹ Ministério da Educação (MEC); Conselho Nacional de Educação (CNE); Conselho Pleno (CP) do CNE; Câmara de Educação Superior (CES) do CNE; Comissão Nacional de Avaliação da Educação Superior (Conaes).

1. HISTÓRICO DA INSTITUIÇÃO

A Escola de Farmácia e Odontologia de Alfenas (EFOA) foi fundada no dia 03 de abril de 1914, por João Leão de Faria, e reconhecida pela Lei Estadual nº 657, de 11 de setembro de 1915. Sua primeira Diretoria eleita foi composta pelo Diretor, Dr. João Leão de Faria; Vice-Diretor, Dr. Armando de Almeida Magalhães; Tesoureiro, Nicolau Coutinho; e Secretário, José da Silveira Barroso.

No início, os professores eram, em sua maioria, profissionais alfenenses da área de saúde, como médicos, dentistas e farmacêuticos, que ministravam as aulas sem remuneração fixa, em função da pouca disponibilidade de recursos. Os serviços de atenção à saúde desta escola incluíam, já em 1916, a assistência dentária gratuita à população. Pelo mesmo motivo, a instalação da primeira biblioteca, em 1916, só se tornou possível com doações angariadas por uma comissão de alunos. Durante os primeiros anos de funcionamento, o número de estudantes que freqüentava a Instituição, principal fonte dos recursos para seu financiamento, era pequeno, pouco mais de 50, distribuídos entre os dois cursos então existentes: Farmácia, iniciado em 1914, e Odontologia, em 1915.

O Ministro da Educação e Saúde reconheceu a Escola no Art. 26 do Decreto 19.851 e, em 23 de março de 1932, foi aprovado o novo regulamento, enquadrando-a nas disposições das leis federais. A federalização da Escola ocorreu com a publicação, no D.O.U. de 21 de dezembro de 1960, da Lei nº 3.854/1960.

Com a federalização foram tomadas medidas no sentido de tornar viável o projeto para criação de nova habilitação no curso de Farmácia: a Farmácia-Bioquímica, já prevista pelo Regimento Interno de 1963, que ocorreu em 1968. O Parecer nº 504/1968 do Conselho Federal de Educação foi homologado pelo Sr. Ministro da Educação e Cultura, Tarso Dutra, em 2 de setembro de 1968, pelo Processo CFE nº 1.022/1968. Ainda, no mesmo mês, foi assinado o Decreto nº. 3.285, publicado no D.O.U. de 27 de setembro de 1968, autorizando o funcionamento da habilitação Farmácia-Bioquímica, com ênfase em Análises Clínicas, que teve início em 1969.

A Instituição foi transformada em Autarquia de Regime Especial, por meio do Decreto nº. 70.686 de 07 de junho de 1972. Em 1976, foi criado o curso de Enfermagem e Obstetrícia, atualmente denominado apenas Enfermagem.

Após um longo período de estabilização, em 1999 foram implantados os cursos de Nutrição e de Bacharelado e Licenciatura em Ciências Biológicas, autorizados pela Portaria nº. 1.202 do Ministério da Educação, de 03/08/1999, que entraram em funcionamento em março de 2000, além da Habilitação Farmacêutico-Industrial, no curso de Farmácia.

Em 1 de outubro de 2001, a Escola foi transformada em Centro Universitário Federal, sob a sigla Efoa/Ceufe, conforme a Portaria nº. 2.101 do MEC. Em 2003, foi implantado o curso de Bacharelado em Química.

Recentemente, em 29 de julho de 2005, a instituição ganhou a condição de Universidade pela Lei nº. 11.154. Sob essa nova designação, a Instituição ganhou, na forma da lei, autonomia nos aspectos didático, pedagógico, científico, administrativo, disciplinar e de gestão financeira e patrimonial.

A partir de agosto de 2005, deu início ao seu programa de Pós-Graduação *stricto sensu*, com o curso de Mestrado em Ciências Farmacêuticas, recomendado pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de nível Superior (Capes). Além disso, desde a década de 80, a Instituição já vinha investindo em cursos de especialização, tais como: Dentística restauradora, Endodontia, Implantodontia, Odontopediatria, Ortodontia e Ortopedia facial, Periodontia, Prótese dentária, Disfunção têmporo-mandibular e Dor orofacial, Bioquímica e Fisiologia do exercício, Análises clínicas e Atenção farmacêutica.

As ações de extensão, hoje consolidadas, e a criação da Universidade da Terceira Idade (Unati), representam outra via de direcionamento dos trabalhos acadêmicos, possibilitando o contato e o intercâmbio permanentes entre os meios universitário e social.

A Unifal-MG, com a tradição do passado e a excelência do seu ensino no presente, em que os novos tempos e as novas tecnologias passaram a exigir a aplicação de estratégias e metodologias inovadoras na área educacional, criou o Centro de Educação Aberta e à Distância (CEAD) e, assim, ingressa na área

virtual em que o processo educativo acontece sem limitação de lugar e de tempo.

O processo de avaliação, adotado pelo Ministério da Educação para verificar como a Instituição vem cumprindo suas atividades e diagnosticar o aproveitamento apresentado pelo aluno em relação ao saber, bem como os resultados do trabalho pedagógico, tem sido demonstrado pelos conceitos que a Instituição vem recebendo no Exame Nacional de Desempenho Escolar (Enade), mantendo-se no ranking das melhores universidades do país.

Antes mesmo de conquistar o nível de Universidade, a Instituição vinha estudando propostas de como conduzir seu processo de crescimento e consolidação. No início de 2006, ficou estabelecida a ampliação do número de vagas nos cursos de Ciências Biológicas (de 20 vagas na Licenciatura para 40 e de 20 vagas no Bacharelado para 40 vagas em cada uma das duas novas ênfases: Ciências Ambientais e Ciências Médicas), Nutrição (de 20 para 40) e Bacharelado em Química com atribuições tecnológicas (de 20 para 40). Também, em 2006, foram criados novos cursos de graduação como as Licenciaturas em Física, Matemática, Geografia e Pedagogia (cada uma com 40 vagas) e os Bacharelados em Geografia, Biotecnologia e Ciências da Computação (cada um com 40 vagas). Em 2008 foram criados os cursos de: Ciências Sociais, Fisioterapia, História e Letras, implementados em 2009.

1.1 Concepção político-filosófica

A Unifal-MG considera que a educação superior em nossos dias adquiriu um papel relevante em virtude das mudanças aceleradas de ordem científica e técnica. Tais mudanças incidem diretamente no desenvolvimento sócio-econômico e cultural do país, o que determina a necessidade de redefinir e aperfeiçoar suas funções com relação à formação e capacitação permanente de recursos humanos altamente qualificados.

O aperfeiçoamento das funções profissionais implica o estabelecimento dos nexos e inter-relações adequados com os demais níveis do sistema educativo, com o mundo do trabalho e com a infraestrutura que promove o desenvolvimento científico e tecnológico.

Dentro dessa perspectiva, a Instituição concebe como uma unidade, docência-produção-investigação, orientada pelos princípios básicos de articulação sistemática da formação acadêmica dos estudantes universitários com sua futura atividade profissional, por meio de sua inserção direta e efetiva na prática do trabalho e no trabalho de investigação em todos os períodos de sua formação.

A descentralização acadêmica, expressa na autonomia de cada curso, permite definir seu currículo e traçar as diretrizes da formação profissional de acordo com o nível de desenvolvimento científico e tecnológico alcançado, as características regionais e o diagnóstico dos recursos humanos e materiais com que conta. Pressupõem também a orientação das ações acadêmicas, por meio dos princípios de liberdade acadêmica, autonomia administrativa e responsabilidade social de dar respostas às exigências que a sociedade coloca.

A consideração de que as universidades se constituem em instituições fundamentais para a promoção e desenvolvimento da cultura adquire na Unifal-MG uma conotação particular. Ao se integrar como elemento fundamental de uma política dirigida não só a formar indivíduos altamente capacitados nos planos científico e técnico, mas também cidadãos conscientes, capazes de assumir suas responsabilidades individuais e sociais em um mundo conturbado por múltiplos conflitos, a Universidade assume seu papel, destacando haver cada vez mais as relações interculturais favorecidas pelos avanços da tecnologia, da informática e das comunicações.

Assim, busca fortalecer a formação do cidadão para afirmação da identidade cultural como base imprescindível para a inserção no mundo e a compreensão dos problemas mais urgentes e transcendentais que o afetam.

Para isto, empenha-se em garantir em primeiro lugar o acesso real à educação voltada para o trabalho e para a vida, para a possibilidade efetiva de exercer a democracia desde os primeiros anos escolares, em que o diálogo substitua o monólogo e se busquem valores humanos, tais como solidariedade e honestidade.

A Instituição considera necessária a formação humana com uma

perspectiva ambiental que permita promover o desenvolvimento econômico e social sustentável em oposição às múltiplas manifestações de depredação e extermínio dos recursos naturais que põem em perigo a própria existência da humanidade.

Propõe-se, portanto, a promover uma preparação intelectual que propicie a capacidade de pensar por si mesmo para tomar decisões conscientes e a criação de uma atitude de autoaperfeiçoamento permanente, envolvendo toda a comunidade universitária.

Nesse sentido se compromete e se propõe a continuar com esta intencionalidade em prol da formação de profissionais com plena consciência de seus deveres e responsabilidades de cidadãos, com uma ampla cultura científica, técnica e humanista e com o desenvolvimento e sistematização de efetivas habilidades profissionais, com capacidade para resolver de maneira independente e criadora os problemas atuais básicos que se apresentam em sua esfera de atuação.

1.2 Princípios e objetivos

A Unifal-MG tem-se caracterizado, historicamente, pela busca de excelência no ensino, pelo atendimento às demandas regionais, estendendo sua atuação a outras áreas do entorno regional, e pela atenção às necessidades sociais, em sua área de ação.

A Unifal-MG vem se ocupando, além da área do ensino nos níveis de graduação e de pós-graduação, das atividades de pesquisa e de extensão, de acordo com as perspectivas consideradas relevantes para a formação universitária oferecida.

Do ponto de vista educacional é concebida como instituição de ensino, dinâmica e contemporânea, atuante na produção de novos conhecimentos científicos e tecnológicos e com forte articulação com a sociedade.

Assim, tornar moderno e humano apresentam-se como duas dimensões complementares do processo educativo, expressando, por um lado, a busca do equilíbrio entre a produção e transmissão do conhecimento e, por outro lado, a formação integral do homem e do cidadão em um contexto de mudanças nos

campos cultural, social, econômico e da ciência e tecnologia.

A Unifal-MG se concebe, do ponto de vista social, atuando em parceria com outras instituições, como responsável pelo desenvolvimento de sua área de abrangência, objetivando contribuir para a solução dos problemas existentes no espaço local e regional, por meio de ações extensionistas que facilitem o intercâmbio da comunidade acadêmica com o meio social, na promoção do desenvolvimento de ambos.

O trabalho institucional visa formar profissionais dotados de ampla perspectiva cultural, científica e tecnologicamente competentes, aptos a interpretar e responder às questões colocadas pela realidade social. Pretende ainda favorecer a formação de professores comprometidos com a produção de conhecimentos na área pedagógica, competência ímpar para uma adequada formação docente.

Esses objetivos relacionam-se às estratégias desenvolvidas pela Instituição com vista a:

- Avaliar e reestruturar as ações no ensino, pesquisa e extensão com base nos resultados e análises produzidas pela comissão responsável pelo programa institucional de avaliação;
- Favorecer e estimular a participação de discentes, docentes e corpo técnico-administrativo nos diversos programas da instituição;
- Favorecer e estimular a integração de alunos de graduação nos projetos de pesquisa e extensão em desenvolvimento;
- Valorizar e incentivar o debate, o questionamento, a criatividade, o trabalho em equipe e a liberdade de pensamento;
- Incorporar as reações de seus beneficiários como uma das bases para definição e formulação das políticas, diretrizes e ações relativas ao ensino, à pesquisa e à extensão.

2. O OFÍCIO DE PROFESSOR-PESQUISADOR

A área de Ciências Sociais apresenta importante particularidade, em relação à formação de professores, que é a sua especificidade. Diferentemente das demais áreas do conhecimento, principalmente as grandes áreas de exatas e

de biológicas, a formação na área de Ciências Sociais é destinada ao tratamento de temas, conceitos, teorias e, por fim, do entendimento e da explicação do funcionamento e organização da sociedade. Dentre os temas há que se destacar a discussão e análise sobre a realidade da educação e da escola, bem como das profissões de forma geral. Portanto, em relação à formação de professores, as Ciências Sociais apresentam características particulares, pois além de estudar as múltiplas formas de organização política, social, econômica e cultural da sociedade, estuda também as suas diversas formas de articulação e relação com a educação, a escola e os profissionais do ensino.

2.1 O ofício de professor da educação básica

Espaço ocupado por longos anos pelas universidades privadas, a formação de professores para a escola pública tornou-se alvo das políticas de ensino superior, principalmente no que tange ao Reuni.

A profissão de professor continua desvalorizada em dois aspectos centrais: a difícil realidade da escola pública que envolve tanto as péssimas condições de infraestrutura, instalação e trabalho, como os baixos salários que impactam no “status” da profissão e contribuem para que os jovens não sejam atraídos para o magistério. Os dois aspectos supracitados são parte da forma como se organiza a sociedade e, portanto, objetos de investigação da Sociologia, uma das áreas específicas das Ciências Sociais.

O curso de Ciências Sociais Licenciatura da Unifal-MG se desenvolve pela articulação das três áreas/disciplinas específicas: a Antropologia, a Ciência Política e a Sociologia. Os trabalhos e estudos das Ciências Sociais devem se pautar pelo entendimento da realidade social, por meio de estudos e pesquisas, além da constante interação com a comunidade. Segundo o parecer CNE/CP 9/2001, as transformações sociais pelas quais passa a sociedade brasileira (democratização, universalização do ensino básico etc.) e a sociedade mundial (globalização, reestruturação produtiva etc.) afetaram e até modificaram as necessidades de formação dos professores para muito além dos conteúdos a serem ensinados. Ora, entender a realidade e suas diversas

configurações (pluralidade, diversidade, inclusão etc.) seja na economia, no trabalho ou na educação é das principais características da formação do cientista social e, logo, do professor de tal área.

No que tange aos cursos de graduação, tradicionalmente, a ênfase está direcionada à formação nos conteúdos da área, de forma em que o bacharelado surge como a opção natural que possibilitaria, como apêndice, também, o diploma de licenciado. Quebrar com a perspectiva simplista de que ao bacharelado é permitida, posteriormente, mediante o cumprimento de algumas disciplinas ligadas à área pedagógica, a obtenção da licença para o exercício da docência é uma das propostas do curso de Ciências Sociais da Unifal-MG. O enfrentamento desta questão se dá de forma, entretanto, a não tornar distanciada a formação do professor em Ciências Sociais da do pesquisador-profissional da área.

Além do fato de se ter os cursos de formação de professores como apêndice do bacharelado, outro grave problema é de o enfoque ser, conforme destaca o parecer CNE/CP 9 de 2001, conteudista (relacionado somente aos aspectos específicos da disciplina) ou pedagógico (tratar de forma quase que exclusiva de questões relacionadas à transposição didática sem se preocupar com o conteúdo). Como solução para a dicotomia o parecer citado acima propõe que se forme o professor-pesquisador, tarefa que, conforme exposto acima, é inerente às Ciências Sociais. A pesquisa é o elemento chave na formação do cientista social, visto que o conhecimento e a interpretação da sociedade, por meio científico, são os embaixadores dos conteúdos a serem trabalhados pelos professores da educação básica, bem como os norteadores da formação profissional do futuro docente em seus aspectos gerais (papel social, identidade profissional, relação educação-sociedade etc.). É objetivo tornar familiar, aos futuros professores-pesquisadores, os procedimentos de investigação, analisar criticamente a produção do conhecimento e sua disseminação, permitindo a compreensão do processo de produção e apropriação do conhecimento científico.

Diversas pesquisas sobre a temática da formação de professores entendem ser uma das principais exigências para a qualidade do futuro profissional a

dupla formação: professor-pesquisador, situação para a qual os docentes do curso de Ciências Sociais da Unifal-MG corroboram, pois, o cientista social se forma por meio da constante investigação. Concebe-se que as atividades do magistério iniciam-se pela capacidade em tornar possível a inteligibilidade do conhecimento específico, fato que se deve conseguir por meio da formação específica e geral em Ciências Sociais. Pela particularidade da área, o cientista social é um pesquisador nato, o que elimina a suposta dicotomia sobre a formação do professor nem sempre levar em consideração a do pesquisador.

A legislação (CNE/CP 1/2001, CNE/CES 492/2001, CNE/CES 1363/2001) em vigor salienta que é necessário formar professores, em Ciências Sociais, para a educação básica e superior, o que exige tanto o conhecimento dos sistemas escolar e educacional brasileiro, em seus diferentes níveis (fundamental, médio e superior), quanto da realidade social, econômica, política e cultural dos integrantes (profissionais, alunos, familiares) desses sistemas. Porém, entendendo que todos estes níveis constituem campos abrangentes demais, no que se refere à área específica de atuação do professor-pesquisador em Ciências Sociais, a ênfase recairá sobre o ensino médio, pois é neste nível em que os formados atuarão prioritariamente.

De acordo com o Parecer 9/2001, é:

[...] no ensino médio, em especial, é requerida a compreensão do papel de cada saber disciplinar particular, considerada sua articulação com outros saberes previstos em uma mesma área da organização curricular. Os saberes disciplinares são recortes de uma mesma área e, guardam, portanto, correlações entre si. Da mesma forma, as áreas, tomadas em conjunto, devem também remeter-se umas às outras, superando a fragmentação e apontando a construção integral do currículo.

Daí se conclui que a formação do professor-pesquisador para o ensino médio deve envolver a compreensão e domínio geral dos conteúdos relativos às áreas específicas de formação, mas também desenvolver a capacidade, as habilidades e as competências de articulação do conhecimento com outras áreas do saber.

Assim, de um lado, o objetivo do curso é desenvolver capacidades e habilidades relativas ao trabalho do professor-pesquisador, destacando-se a

formação nas três áreas específicas das Ciências Sociais (Sociologia, Antropologia e Ciência Política); de outro, proporcionar aos estudantes o conhecimento da realidade social na qual está inserido, por meio da realização de atividades de ensino, pesquisa e extensão que busquem articular a vida universitária (acadêmica) com o contato e cotidiano da comunidade local, de modo a permitir-lhe melhores condições de reflexão e espaços de ação e decisão.

De acordo com os Parâmetros Curriculares Nacionais do Ensino Médio, da grande área de Ciências Humanas e suas tecnologias, a disciplina ou área do conhecimento relacionada às Ciências Sociais é a Sociologia. Em 2008, a Lei 11.684/2008 tornou o ensino de Sociologia e de Filosofia obrigatório nas escolas de ensino público e privado. Posteriormente, a Resolução CNE/CP 1/2009 estabeleceu que as escolas públicas e particulares teriam três anos, a partir de 2009, para oferecer plenamente as disciplinas supracitadas aos estudantes. Portanto, a partir do fim desse prazo, a disciplina passa a ser obrigatória, o que – em virtude de diversos problemas (mercado profissional, setor educacional, estímulo professor) – sugere maior atenção e acompanhamento nas iniciativas de formação de professores para o ensino de Sociologia.

Dentre as áreas de investigação da sociologia clássica, a educação foi fruto de estudos de extrema importância para o entendimento da realidade, que permanecem em discussão nos dias atuais. Émile Durkheim, um dos autores clássicos da Sociologia, no início dos anos de 1900, relata a importância da educação na constituição e organização da sociedade, entendendo ser sua função a socialização. Definindo a educação como a “[...] ação exercida pelas gerações adultas sobre as gerações mais jovens, ainda não preparadas para a vida em sociedade [...]”, o autor (1978, p. 41) conclui que a educação é a “[...] socialização metódica das novas gerações”. Para justificar a preponderância do aspecto social da educação, Durkheim, por meio de análises em diferentes épocas e sociedades, aponta que, apesar da diversidade de finalidades às quais atende (formar a nação, preparar para a guerra, cultivar a

intelectualidade etc.), o essencial era o de se destinar à construção do ser social:

Em cada um de nós, já o vimos, pode-se dizer que existem dois seres. Um, constituído de todos os estados mentais que não se relacionam senão conosco mesmo e com acontecimentos de nossa vida pessoal; é que se poderia chamar de ser individual. O outro é um sistema de idéias, sentimentos e hábitos, que exprimem em nós, não a nossa individualidade, mas o grupo ou os grupos diferentes de que fazemos parte; tais são as crenças religiosas, as crenças e as práticas morais, as tradições nacionais ou profissionais, as opiniões coletivas de toda espécie. Seu conjunto forma o ser social. Constituir esse ser em cada um de nós – tal é o fim da educação. (Durkheim, 1978, p. 41-42)

A educação é um processo, baseado em uma ação da sociedade, que, segundo Durkheim, possui a função de socializar. A escola é o espaço onde se realiza tal atividade de forma decisiva. É preciso destacar que a escola recebe diversas concepções, mas as remodela e propicia a criação de outras, não funcionando como mero receptor e sim como ajustador das concepções sociais.

2.2 O ofício de cientista social

As três áreas específicas das Ciências Sociais (Antropologia, Ciência Política e Sociologia) apresentam não apenas objetos e realidades de pesquisa distintas, mas também formas diversas de observação e investigação.

A Antropologia é uma ciência que estuda a cultura em suas variadas formas e tem a alteridade como enfoque para conhecer os diferentes aspectos e dimensões da experiência humana.

Entendendo que todas as sociedades produzem formas culturais que são diferentes, mas que também possuem semelhanças, os antropólogos contribuem para o entendimento das múltiplas formas de viver, de se organizar e de relacionar que envolvem os seres humanos. Portanto, todas as crenças, os costumes, os hábitos que particularizam e/ou universalizam uma cultura são dignos de estudo.

Fazem parte do conhecimento antropológico, os estudos sobre as sociedades tradicionais e as sociedades contemporâneas. Os padrões de

comportamento e aprendizados sócio-culturais, a socialização e a educação no sentido amplo dos termos, o local e global e suas inter-relações e interfaces. Atentando tanto para as transformações e rupturas quanto para as conservações e permanências que permeiam, entre outros, os seguintes fatores que permitem a compreensão da realidade: representação social, sistema de classificações, linguagem, comunicação, símbolos, organizações e estruturas sociais, modos de produção econômica, modos de reprodução, relações de parentesco, sistema religioso, normas e regras sociais, grupos estratificados por classe, raça, etnia, gênero, minorias, sexualidades, vida urbana e ciclo de vida.

A Antropologia, por meio de metodologia que lhe é particular – a observação participante – permite ao pesquisador se familiarizar com o que é a princípio estranho e estranhar o que é a princípio familiar. Este processo permite a aproximação da cultura do “outro” e o distanciamento da cultura do “eu”, possibilitando o diálogo entre realidades diferentes. Além disso, este processo possibilita a identificação com o outro e a crítica da sociedade do pesquisador, o que pode ser, em última instância, uma forma de propor mudanças ou pelo menos outras vias de acesso para pensar os problemas, dilemas e "verdades" da humanidade.

Já a Ciência Política pode ser definida como a ciência que estuda as relações de poder nas sociedades em suas várias configurações e referenciadas tanto no âmbito do Estado quanto no da sociedade civil.

A perspectiva “realista” assumida pela Ciência Política implica em assumir o fenômeno do poder como intrínseco às formações sociais. Isto significa que, antes de analisar o poder como fenômeno “negativo”, trata-se de compreendê-lo como produto da própria vida social relacionado à questão da constituição de regras e de instituições que estabeleçam uma determinada ordem social e, portanto, uma determinada configuração de poder. Neste contexto, os célebres problemas de como, quais e com que objetivos as instituições devem ser estabelecidas, quem obedece e a quem se deve obediência e que grupos devem ou não participar das deliberações públicas constituem dilemas aos quais toda organização social deve oferecer respostas.

Neste sentido, fazem parte das temáticas de estudo da Ciência Política questões vinculadas aos subsistemas políticos como sistemas eleitorais, partidos políticos, o Estado em perspectiva histórica e comparada e em sua relação com os movimentos sociais, políticas públicas e administração pública, regimes políticos e formas de governo, processos legislativos e executivos. Para tanto, a Ciência Política frequentemente lança mão dos recursos dos métodos históricos e comparativos, assim como o das chamadas ciências empíricas através dos métodos quantitativos e estatísticos. Tais métodos são utilizados com o objetivo de compreender os padrões de interação entre os diferentes atores políticos que precisam vocalizar suas demandas em uma determinada arena política e mobilizar os recursos disponíveis num determinado contexto institucional a fim de maximizar os efeitos de sua ação. Neste aspecto, busca-se compreender as regularidades e variações decorrentes de determinados padrões de comportamento político inseridos em determinados arranjos institucionais.

Por outro lado, no campo da teoria política e do pensamento político a disciplina se ocupa de teorizações de caráter normativo compreendendo historicamente o patrimônio intelectual universal e brasileiro considerado decisivo na configuração do mundo político contemporâneo. Tais teorias foram aquelas que buscaram a solução para os dilemas da justiça e da “ótima República”, importantes em si mesmas e porque inspiraram atores políticos em diferentes momentos históricos.

A outra área das Ciências Sociais, a Sociologia pode ser definida como um conjunto de operações voltado para explicar, compreender e revelar as configurações da vida social a que nos encontramos ligados, nos aspectos universais e particulares, abrangentes ou singulares, múltiplos ou únicos. Etimologicamente, sociologia é o estudo da sociedade em sua totalidade e complexidade, isto é, trata-se de conhecer os processos sociais, suas continuidades e descontinuidades históricas, desencadeados pela ação dos homens no interior da realidade social. Assim, ela busca investigar, compreender, analisar e explicar a vida e as relações sociais que os indivíduos estabelecem entre si no seio das mais diferentes formas de organização social

e cultural, constituídas ao longo da história humana. Nesse sentido, é uma forma de conhecimento que apreende criticamente as especificidades e generalidades da realidade social e dos sistemas sociais, políticos, culturais e econômicos que abrangem as mais diversas formas de manifestações e organizações sociais.

O objeto desta área do saber, no sentido universal, é a apreensão das mais variadas formas com as quais surge e se repõe os modos de viver a vida, tracejados no conjunto de interações sociais a que estamos submetidos, transpassando os processos e as estruturas sociais.

Enquanto gênese do conhecimento sociológico, os sociólogos lidam e articulam um repertório cognitivo coletivo, daquilo que é conhecimento possível enquanto produção social e prática social de indivíduos e grupos de um determinado tempo e espaço, incluindo a si mesmos.

Portanto, é uma área do saber que leva em consideração o pressuposto de que sujeito e objeto de conhecimento se interpenetram numa síntese reflexiva. Assim, o conhecimento sociológico se encontra influenciado pelas práticas sociais às quais o sociólogo se encontra ligado a partir de sua própria gênese enquanto um sujeito agente, desde o momento em que localiza acontecimentos e processos significativos de serem conhecidos, e os modula a partir da hierarquia de seus interesses de conhecimento, o que não deixa de estar contido no tecido de relações, vivências e memórias que configuram sua situação existencial.

A característica marcante da Sociologia consiste no seu conhecimento situacional, em que a reflexão sobre determinadas configurações da vida social surge no interior destas formas, por aqueles que, direta ou indiretamente, as vivenciam, num jogo de aproximação e de estranhamento.

Enquanto controle de abstração, a Sociologia se constrói a partir de um tipo de reflexão muito próximo à realidade histórica e social, conhecimento criado para pensar estas realidades e os seus problemas determinados, numa rejeição aos ideais de abstração generalizante a - históricos, que tendem a simplificar as configurações complexas da vida social, perdendo-as num pensamento afastado do mundo da vida.

Esta característica refunda a idéia de objetividade científica, pois a Sociologia, nestes termos, permite-nos pensar na distribuição social do conhecimento (condicionada por grupos, classes e interesses) tendendo a superar as formas parciais com que estes transitam na repartição do conhecimento socialmente produzido, incluindo o próprio sociólogo. Esta nova forma de objetividade desvela a relação entre conhecimento e interesse, permitindo o controle crítico dos móveis cotidianos que orientam os interesses do conhecer, possibilitando a realização do pensamento autônomo, crítico e reflexivo.

Resumidamente, a Antropologia se dedica aos aspectos identitários de constituição dos grupos sociais, a Ciência Política às formas de organização e representação dos diferentes grupos sociais e a Sociologia à compreensão da constituição e funcionamento dos grupos sociais na organização da sociedade. Compreender a organização e o funcionamento do social, por meio das relações entre os grupos, é o intento das Ciências Sociais.

Apesar de possibilitarem especificidades em seus métodos e objetos, a concepção primordial do curso de Ciências Sociais da Unifal-MG, é a de que, apesar das necessidades acadêmico-científicas de delimitação em disciplinas ou áreas do conhecimento, há correlação entre essas áreas.

Bourdieu (2007, p. 111) destaca serem as tentativas de “di-visão” inerentes ao campo científico, em busca de legitimidade. Porém, cabe ao cientista social analisar em qualquer momento a relação entre a lógica da ciência e a lógica da prática, pois esta não segue qualquer classificação específica de funcionamento, apesar de serem, como tratativas imaginárias, necessárias às Ciências Sociais pois estas só podem conhecer por meio da classificação, da categorização dos grupos, de suas representações, instituições, identidades etc.

Portanto, a formação do cientista social no curso é caracterizada pela indissociabilidade, para a investigação e o entendimento do social, entre as três áreas específicas: Antropologia, Ciência Política e Sociologia. Para o professor a ser formado além deste aspecto há toda a caracterização da formação de um professor, pois nas Ciências Sociais é proporcionado ao discente, por meio dos

estudos e investigações antropológicas, políticas e sociológicas: autonomia intelectual, capacidade analítica e crítica, competência na articulação entre teoria, pesquisa e prática social.

O professor-pesquisador de Ciências Sociais pode atuar, legalmente autorizado, como professor do Ensino Médio, sendo permitida, em casos de necessidades específicas dos demais níveis, atuação no ensino fundamental e no ensino superior, além da educação de jovens e adultos. Além das atividades do magistério, também podem atuar como assessores, consultores e elaboradores de projetos sociais e políticas públicas. Os profissionais das Ciências Sociais compõem quadros de assessoria de ONGs, sindicatos e movimentos sociais.

3. O CURSO DE LICENCIATURA EM CIÊNCIAS SOCIAIS

A proposta de expansão da área de Ciências Humanas funda-se em dois princípios básicos. Em primeiro lugar, permite à Unifal-MG consolidar a condição de “universidade”, porquanto, como lembra o filósofo contemporâneo Josef Pieper (1989, p. 23), as instituições universitárias realizam “uma concepção fundamental que se exprime sob o nome de *universitas*: uma instituição que, de modo específico e singular, está relacionada com a totalidade do real, com todo o mundo”. Esta “abertura para o todo” pode ser traduzida pela necessária comunicação da “universalidade” de saberes que os seres humanos são capazes de produzir, transmitir e preservar às futuras gerações. Nesse sentido, uma “Universidade” digna deste estatuto deve congrega cursos de todas as grandes áreas: Biológicas e da Saúde, Humanas e Tecnológicas.

Além disso, é importante destacar que as faculdades privadas da região não têm privilegiado a formação de docentes e bacharéis para a grande área de Ciências Humanas. Ao contrário, sistematicamente, assiste-se ao fechamento de cursos de Letras e História sob a alegação de que tais cursos estão “fora de moda”. Este argumento, entretanto, é falso e esconde o real motivo para a extinção destes cursos: a área de humanidades não oferece grandes perspectivas de lucro e não confere *status* às instituições. Resta, assim, como

única alternativa àqueles que pretendem aperfeiçoar-se ou seguir carreiras ligadas às Ciências Humanas, que tais cursos sejam oferecidos por uma instituição pública.

O curso de Ciências Sociais é oferecido no período noturno, privilegiando, portanto, grande parcela da população que, por exercer ocupações profissionais durante o dia, vê-se excluída das vagas oferecidas pela universidade no período diurno. Sendo assim, o projeto de expansão proporciona excelente oportunidade para que a Unifal-MG possa se firmar como instituição de referência na região do Sul de Minas por oferecer, também, cursos da grande área de Ciências Humanas.

3.1 Ingresso e objetivos

O ingresso de estudantes dar-se-á por meio de processo seletivo anual com oferta de 20 (vinte) vagas.

O curso de Licenciatura em Ciências Sociais, oferecido pela Universidade Federal de Alfenas, pretende:

- Formar professores-pesquisadores para a educação básica com amplos conhecimentos na grande área de Ciências Humanas, considerando de fundamental importância, especialmente, o conhecimento dos autores e obras clássicas do pensamento filosófico, político e social;
- Formar professores-pesquisadores com sólida formação técnica e intelectual para propor projetos de educação em espaços escolares e não-escolares;
- Formar professores-pesquisadores conhecedores das vicissitudes históricas enfrentadas no processo de formação da sociedade e das instituições políticas brasileiras;
- Formar cidadãos aptos a participarem das discussões e decisões das suas comunidades locais.

3.2 Competências e habilidades

O Licenciado em Ciências Sociais, em conformidade com a Resolução CNE/CP 1/2002 e o parecer CES 492/2001, deve desenvolver, ao longo do curso, as seguintes competências e habilidades:

- Domínio das teorias sociais que fundamentam o processo de ensino-aprendizagem, bem como os princípios de planejamento educacional, que são objetos de ensino e aprendizagem na educação básica;
- Domínio dos métodos e técnicas pedagógicas que permitem a transposição do conhecimento;
- Domínio dos métodos e técnicas da pesquisa social que permitam a sua inserção como pesquisador;
- Capacidade para identificar, descrever, analisar e compreender as diferentes práticas e concepções concernentes ao processo de formação e organização da sociedade;
- Capacidade para identificar problemas sócio-culturais e educacionais, propondo respostas às questões da qualidade do ensino e medidas que visem superar a exclusão social;
- Compreensão e valorização das diferentes linguagens manifestas nas sociedades contemporâneas, bem como sua função na produção do conhecimento;
- Capacidade para atuar na educação básica, de forma a contribuir com seu desenvolvimento em diferentes dimensões: física, psicológica, intelectual etc.;
- Capacidade para atuar com portadores de necessidades especiais, de modo a garantir os direitos de cidadania;
- Aptidão para utilizar as tecnologias da informação e da comunicação nas práticas educativas;
- Capacidade de articulação da atividade educacional nas diferentes formas de gestão educacional, na organização do trabalho pedagógico escolar, no planejamento, execução e avaliação de propostas pedagógicas da escola;

- Capacidade crítica para analisar de maneira conveniente os seus próprios conhecimentos;
- Visão crítica com relação ao papel social da Ciência e à sua natureza epistemológica, compreendendo o processo histórico-social de sua construção;
- Entendimento da importância do saber trabalhar em equipe e ter compreensão das diversas etapas que compõem uma pesquisa social;
- Formação humanística que permita exercer plenamente sua cidadania e, enquanto profissional, respeitar o direito à vida e ao bem estar dos cidadãos;
- Atitude favorável à incorporação, na sua prática, dos resultados de pesquisas sociais;
- Compreensão do espaço de trabalho como ambiente de pesquisa sobre sua própria prática;
- Capacidade de planejamento e execução de atividades de campo referentes à investigação e a projetos sociais.

3.3 Perfil do egresso

O licenciado em Ciências Sociais estará habilitado para:

- Exercer atividade docente, no Ensino Médio, na área das Ciências Sociais (Antropologia, Ciência Política e Sociologia);
- Exercer atividade docente na educação básica em disciplinas/áreas afins (História, Filosofia, Geografia) quando assim, de acordo com a legislação vigente, se fizer necessário;
- Exercer atividade docente no ensino superior, caso, de acordo com a legislação vigente, se faça necessário;
- Atuar como pesquisador social na área acadêmica ou fora dela;
- Propor projetos de educação em espaços escolares e não-escolares;
- Assessorar organizações não-governamentais (ONGs), programas sociais, organizações públicas e privadas, e partidos políticos, participando da elaboração, implementação e avaliação de políticas

sociais públicas ou privadas, e da gestão territorial e sócio-ambiental em equipes multidisciplinares.

3.4 Conteúdos curriculares

O curso de Licenciatura em Ciências Sociais da Universidade Federal de Alfenas está estruturado em três núcleos de formação: específico, complementar e livre.

O primeiro núcleo é composto por disciplinas de formação específica visando ao desenvolvimento de uma visão ampla dos problemas, objetos e metodologias típicos do campo das Ciências Sociais e da formação do professor-pesquisador. No núcleo de formação específica estão as seguintes disciplinas: Sociologia, Ciência Política, Antropologia, Metodologias quantitativas e qualitativas, Laboratório de ensino de Sociologia, Didática, Política educacional brasileira, Psicologia da educação, Educação inclusiva. Relacionadas a este núcleo estão os componentes curriculares do estágio, do trabalho de conclusão de curso (TCC) e da prática.

Todavia, além dos conteúdos específicos, o curso deve propiciar sólida formação geral, destacada no núcleo complementar. Dessa maneira, espera-se que o estudante possa avaliar o papel do sociólogo, do antropólogo e do cientista político no universo dos estudos humanísticos, por meio de disciplinas como: Filosofia, História, Epistemologia, Geografia, Economia e Psicologia.

O terceiro núcleo é o da formação livre que é composto por disciplinas a serem escolhidas pelos alunos e por atividades a serem desenvolvidas por eles no decorrer de seu processo de formação. Nesse sentido, ele oferece ao estudante a possibilidade de criar seu itinerário formativo de maneira autônoma.

3.5 Estrutura do curso

O curso está organizado de forma seriada e é composto basicamente por disciplinas presenciais, estágio, prática e atividades complementares.

3.5.1 Disciplinas presenciais

As disciplinas presenciais são divididas em dois blocos: um composto pelas disciplinas obrigatórias e outro composto por disciplinas eletivas e disciplinas optativas.

As disciplinas obrigatórias se destinam à formação específica e geral, necessária ao professor-pesquisador, pois constituem a base do saber característico da área de atuação.

Por disciplinas eletivas entendem-se aquelas ligadas à área das Ciências Sociais que são oferecidas pelo curso, mas que podem ser escolhidas dentre algumas opções. As disciplinas eletivas têm como objetivo principal oferecer aos estudantes um enfoque teórico mais específico sobre fenômenos políticos, sociais, culturais e antropológicos. Para tanto, há maior flexibilidade na dinâmica curricular, a partir do 5º período do curso, momento em que o aluno iniciará o desenvolvimento do TCC e poderá escolher disciplinas que possam contribuir no desenvolvimento de sua pesquisa.

As disciplinas optativas são quaisquer disciplinas oferecidas pela Universidade e que são obrigatórias ou eletivas para os demais cursos. Para melhor aproveitamento dos discentes, dividimos as optativas em duas categorias: aquelas das Ciências Humanas e aquelas das demais áreas do conhecimento.

Os alunos deverão cumprir ~~240 horas~~ 180 horas em disciplinas eletivas ou optativas (Alterado pela resolução CEPE nº 44/2016). Na dinâmica curricular estão sugeridas algumas maneiras de assim o fazer, por meio da distribuição em disciplinas presenciais de 30h ou de 60h semestrais, mas que podem ser organizadas pelos próprios alunos, observados os seguintes critérios:

- Pelo menos 50% devem ser cumpridas em disciplinas oferecidas pelo curso;
- Até 25% podem ser em disciplinas oferecidas na grande área de Ciências Humanas;
- Até 25% podem ser em disciplinas de qualquer outra grande área do conhecimento.

Portanto, o discente pode optar em realizar todas as disciplinas eletivas na área das Ciências Sociais ou metade delas nas demais áreas do conhecimento, o que as tornaria optativas.

Basicamente, na primeira parte do curso, nos primeiros dois anos, há um conjunto de disciplinas obrigatórias consideradas essenciais para a formação mínima de um cientista social. Na segunda parte do curso além da possibilidade de o aluno optar entre algumas disciplinas, as chamadas eletivas, o que permite autonomia na formação, estão concentradas as disciplinas sobre a formação geral de professores, o estágio supervisionado e o TCC. Destaca-se, ainda, que há para a formação a necessidade da realização das atividades complementares que seguem regulamentação específica.

3.5.2 Estágio obrigatório

O estágio é a oportunidade para o aluno conhecer a realidade da situação de trabalho e o momento para verificar a obtenção das habilidades e competências exigidas para o exercício da prática profissional, principalmente quanto à regência de classe, conforme indica o parecer CNE/CP 28 de 2001:

O estágio curricular supervisionado é pois um modo especial de atividade de capacitação em serviço e que só pode ocorrer em unidades escolares onde o estagiário assuma efetivamente o papel de professor, de outras exigências do projeto pedagógico e das necessidades próprias do ambiente institucional escolar testando suas competências por um determinado período.

É na atividade de estágio obrigatório que o acadêmico desenvolve e passa a elaborar a atividade da docência na escola de educação básica, por meio da experiência e da vivência no espaço escolar, assumindo a ação pedagógica em seu planejamento, execução e avaliação. Na Universidade ocorrerá o planejamento, a análise e a discussão dessa ação, sob a supervisão de um docente. Porém, as responsabilidades pelas atividades de estágio estarão, de acordo com planejamento interno do curso, a cargo de pelo menos 3 (três) professores.

As finalidades do estágio são: formar professor para a educação básica; preparar o aluno para a aplicação dos conhecimentos adquiridos no cotidiano acadêmico e na prática de ensino e vincular os conhecimentos teóricos com a realidade educacional e social.

O objetivo geral do estágio obrigatório é permitir ao discente vivenciar experiências de educação básica, por meio da aplicação de conhecimentos específicos e complementares aprendidos durante a formação e do desenvolvimento de habilidades necessárias à prática educativa e profissional.

Como objetivos específicos destacam-se: identificação da realidade educacional; planejamento, execução e avaliação do processo ensino-aprendizagem nas Ciências Sociais; apropriação e criação de metodologias de ensino adequadas. Desta forma, a regência de classe se torna primordial. A regência pressupõe a iniciação profissional como um saber que busca orientar-se por teorias de ensino-aprendizagem para responder às demandas colocadas pela prática pedagógica à qual se dirige.

O estágio está articulado ao núcleo de formação específica que visam à formação teórico-prática, analítica e reflexiva do estudante de licenciatura em Ciências Sociais. A carga horária total do estágio obrigatório é de 405h e está dividida em quatro etapas (disciplinas), iniciadas a partir do 5º Semestre:

- Estágio Supervisionado I – conta com 90h e será realizado no 5º semestre, prevendo atividades de planejamento, pesquisa e observação acerca da estrutura e funcionamento da escola;
- Estágio Supervisionado II – conta com 105h e será realizado no 6º semestre, tendo por objetivo o conhecimento da trajetória e do trabalho docente por meio da observação e da participação nas atividades do docente;
- Estágio Supervisionado III – conta com 105h e será realizado no 7º semestre. Tem por objetivo conhecer a metodologia do ensino em Ciências Sociais, especialmente em Sociologia, visando à elaboração de plano de ensino e se desenvolverá por meio de atividades de participação e regência em sala de aula, bem como a análise sobre o material didático e os livros de Sociologia para o ensino Médio;
- Estágio Supervisionado IV – conta com 105h e será realizado no 8º semestre com o objetivo de desenvolver atividades de pesquisa, observação, participação e regência, tendo por

finalidade a elaboração de uma proposta curricular para o ensino de Sociologia.

O planejamento e as discussões sobre os conteúdos, a didática e as relações da escola, de forma geral, com a realidade social são frutos de atividades e discussões teóricas que transpassam a formação específica do professor-pesquisador e que terão espaço privilegiado nas disciplinas de Laboratório de Ensino I e II oferecidas no início do processo de estágio (5º período) e no final (8º período), respectivamente.

3.5.3 TCC

O TCC é um trabalho que tem por finalidade propiciar ao aluno o estímulo à produção científica; o aprofundamento de um tema da área de formação de professores e sua relação com as Ciências Sociais; a formação interdisciplinar; o desenvolvimento da capacidade científica e criativa, da autonomia crítica e reflexiva na área de interesse; a inter-relação entre teoria e prática; e a interação entre o Corpo Docente e Discente.

O TCC é desenvolvido ao longo do último ano mediante orientação docente, porém, pensado desde o início do processo de estágio do aluno e visando o entendimento das vicissitudes da profissão docente e sua intrínseca relação com a realidade social. Por meio da organização do corpo docente em grupos de estudos e de pesquisas, os alunos são convidados a participar e desenvolver projetos de estudos e pesquisas que possam culminar, pelo exercício de reflexão, pela elaboração do conhecimento, pelo domínio das técnicas e das práticas investigativas, com a elaboração do TCC.

O TCC deve ser o resultado do desenvolvimento de projeto de pesquisa, articulado obrigatoriamente com algum questionamento sobre a formação do professor ou relacionado a ela, apresentando, obrigatoriamente, um questionamento ou problema a ser resolvido, que permita a geração de resultados e sua discussão.

Devido à especificidade da formação de professores e a importância das atividades de estágio, a elaboração do TCC pode se dar, além da forma tradicional, também por meio de um memorial, seguindo o modelo de uma

narrativa que utilize os recursos teóricos provenientes das disciplinas da licenciatura devendo articular descrição, análise e crítica na produção do texto, de acordo com a experiência de estágio.

Duas disciplinas (TCC I, no 7º período, e TCC II, no 8º período) visam acompanhar a elaboração final do projeto.

3.5.4 Atividades complementares

Diversas atividades desenvolvidas pelos alunos, que se relacionam ao seu desenvolvimento como futuro profissional e como cidadão, fazem parte da complementação de sua formação acadêmica. As atividades complementares devem propiciar ao acadêmico a oportunidade de desenvolver a capacidade crítica e reflexiva, bem como o enriquecimento de sua formação, por meio de trocas de experiências e atividades práticas. Basicamente são: atividades de extensão; monitoria no ensino superior; atividades de pesquisa; disciplinas optativas livres; participação em eventos; estágios não obrigatórios; visitas técnicas; atividades de representação acadêmica; participação nos programas de incentivo à formação e à permanência na Universidade, como: programas de incentivo à melhoria da qualidade da formação e à permanência na Universidade (Educação Tutorial – PET, Programa Institucional de Iniciação à docência – PIBID, Programa Bolsa Assistência, dentre outros); publicações, participação em grupos de estudos e pesquisas; dentre outras atividades a serem analisadas e referendadas pelo Colegiado do curso.

Dentre as atividades listadas acima, a participação nos grupos de estudo e pesquisa, as atividades de monitoria e as de iniciação científica, são, apesar de estarem alocadas como complementares, diretamente relacionadas à formação específica do professor-pesquisador em Ciências Sociais. Portanto, serão as mais incentivadas pelos docentes, pois, estão relacionadas aos grupos de pesquisas em que atuam e às disciplinas que ministram. Este incentivo se dá por meio do oferecimento de vagas em todos os semestres para os alunos, de acordo com disponibilidade dos professores.

Destaca-se nas atividades complementares, o papel da extensão. A extensão na Unifal-MG volta-se para a disseminação do conhecimento

acadêmico, com a participação efetiva da comunidade. A Pró-Reitoria de Extensão desenvolve vários projetos em espaços rurais e urbanos do município de Alfenas e das cidades do entorno, dirigidos a vários segmentos da sociedade, com o objetivo de possibilitar a melhoria da qualidade de vida dos cidadãos. Há atividades interdisciplinares que favorecem a integração social e tornam mais viável uma possível relação transformadora entre a universidade e a sociedade.

Sistematicamente, são realizados na Unifal-MG mostras, cursos, seminários e jornadas de pesquisa e extensão, assegurando assim a articulação entre extensão, ensino e pesquisa.

A extensão, de acordo com a concepção do corpo docente do curso de Ciências Sociais, não pode ser tratada apenas com caráter assistencialista ou civilizatório: a comunidade universitária deve reconhecer que as demais comunidades produzem conhecimento e são atores do processo de organização social.

3.5.5 Prática

As diretrizes curriculares para a formação de professores estabelecem que a prática é elemento obrigatório e deve ser de, no mínimo, 400 horas.

Por prática a CP/CNE 28/2001 define:

A prática não é uma cópia da teoria e nem esta é um reflexo daquela. A prática é o próprio modo como as coisas vão sendo feitas cujo conteúdo é atravessado por uma teoria. Assim a realidade é um movimento constituído pela prática e pela teoria como momentos de um dever mais amplo, consistindo a prática no momento pelo qual se busca fazer algo, produzir alguma coisa e que a teoria procura conceituar, significar e com isto administrar o campo e o sentido desta atuação.

Como concepção o parecer CNE/CP 28/2001 tem:

Uma concepção de prática mais como componente curricular implica vê-la como uma dimensão do conhecimento, que tanto está presente nos cursos de formação nos momentos em que se trabalha na reflexão sobre a atividade profissional, como durante o estágio nos momentos em que se exercita a atividade profissional.

Portanto, diferentemente das disciplinas de Laboratório de ensino e do Estágio, a prática deve ser uma atividade flexível, desenvolvida de múltiplos modos, concorrendo para a formação do professor-pesquisador.

De maneira a propiciar a formação do professor-pesquisador para além do espaço escolar, a prática no curso de Ciências Sociais é desenvolvida e planejada por meio da articulação com algumas disciplinas (Psicologia da educação, Sociologia da educação, Didática, Laboratório de ensino, Educação inclusiva e Política educacional) e com o TCC. As disciplinas em questão têm em seu conteúdo o objetivo de discutirem e criarem a identidade professoral, intermediada pela realidade social, além de permitirem aos discentes relacionar os conteúdos da área específica com a realidade da atuação docente. As atividades desenvolvidas na prática devem estar articuladas aos conteúdos específicos e complementares, como também servir de base para a elaboração do TCC.

De forma geral, pode-se afirmar que o conjunto de atividades oferecidas no Projeto Pedagógico do curso visam fazer com que o aluno aprenda a ser professor-pesquisador, sob o princípio da ação-reflexão-ação, conforme salienta o Parecer 2/2002.

3.5.6 A questão do ensino de libras

~~O Decreto 5.626/2005, estabeleceu que os cursos de formação de professores deveriam contemplar em suas matrizes curriculares a disciplina de Libras.~~

~~Porém, na Unifal-MG definiu-se que o ensino de Libras não pode ser tratado como mero conhecimento técnico necessário ao futuro educador, que é preciso que os futuros docentes constituam-se como profissionais críticos e conhecedores do contexto maior da Educação Inclusiva e não apenas como técnicos reprodutores de um de seus recursos. Portanto, é preciso contextualizar o ensino de Libras no país, discutir as correntes que compreendem o desenvolvimento da criança com surdez (oralismo e bilinguismo), o papel do intérprete de Libras em sala de aula, e diferenciar língua e linguagem. Dessa forma, é relevante que a introdução ao~~

conhecimento de Libras seja inserida em um contexto mais amplo de estudo das necessidades educacionais especiais visando uma formação geral (histórica e social) dos alunos.

Diante do exposto, atende-se ao disposto no Decreto 5.626/2005, com a oferta de Libras nas disciplinas de Fundamentos de Educação Inclusiva I e II, com carga horária de 60 horas (30 h de teoria e 30h de prática). (Revogado pela Resolução CEPE n.º 055/2011)

3.5.6 Dinâmica curricular

1º período

<i>Disciplinas</i>		<i>Teórica</i>	<i>Prática</i>
	Antropologia I	60	-
	Ciência Política I	60	-
	Sociologia I	60	-
	Filosofia Moderna	60	-
	História do Brasil I	60	-
		300	

2º período

<i>Disciplinas</i>		<i>Teórica</i>	<i>Prática</i>
	Antropologia II	60	-
	Sociologia II	60	-
	Ciência Política II	60	-
	Geografia	60	-
	História do Brasil II	60	-
		300	

3º período

<i>Disciplinas</i>		<i>Teórica</i>	<i>Prática</i>
	Antropologia III	60	-
	Ciência Política III	60	-

	Sociologia III	60	-
	Psicologia Geral	60	-
	Epistemologia	60	-
		300	

4º período

<i>Disciplinas</i>		<i>Teórica</i>	<i>Prática</i>
	Antropologia IV	60	-
	Ciência Política IV	60	-
	Sociologia IV	60	-
	Metodologias Qualitativas e Quantitativas	60	-
	Psicologia Social	60	-
		300	

5º período

<i>Disciplinas</i>		<i>Teórica</i>	<i>Prática</i>	<i>Estágio</i>
	Pensamento Social Brasileiro	60	-	-
	Pensamento Social Brasileiro: Perspectivas Sociológicas (Alterado pela resolução CEPE n.º 003/2014)	60	-	-
	Didática	60	30	-
	Introdução à economia	60	-	-
	Pensamento Social Brasileiro: Perspectivas Políticas (Alterado pela resolução CEPE n.º 003/2014)	60	-	-
	Laboratório de Ensino de Sociologia I	30	90	-
	Estágio Supervisionado I	-	-	90
		420		

6º período

<i>Disciplinas</i>		<i>Teórica</i>	<i>Prática</i>	<i>Estágio</i>
	Sociologia da Educação	60	-	-

	Psicologia da Educação	60	30	-
	Eletiva	60	-	-
	Pensamento Social Brasileiro: Perspectivas Antropológicas (Alterado pela resolução CEPE n.º 003/2014)	60	-	-
	Política Educacional Brasileira	30	-	-
	Estágio Supervisionado II	-	-	105
		345		

7º período

<i>Disciplinas</i>		<i>Teórica</i>	<i>Prática</i>	<i>Estágio</i>
	Fundamentos da educação inclusiva I	30	30	-
	Eletiva	60	-	-
	Optativa	60	-	-
	TCC I	30	-	-
	Estágio Supervisionado III	-	-	105
		315		

8º período

<i>Disciplinas</i>		<i>Teórica</i>	<i>Prática</i>	<i>Estágio</i>
	Fundamentos da educação inclusiva II	30	30	-
	LIBRAS (Alterado pela resolução CEPE n.º 055/2011)	30	-	-
	Optativa (Excluído pela Resolução CEPE n.º 34/2016) Relações Étnico-Raciais (Incluído pela Resolução CEPE n.º 34/2016)	60 60	-	-
	Laboratório de Ensino de Sociologia II	30	90	-
	TCC II	-	120	-
	TCC II (Alterado pela resolução CEPE n.º 051/2012)	-	150	-
	Estágio Supervisionado IV	-	-	105
		465		

Total em teoria	1920
Total em prática	420
Total em disciplinas (teoria + prática)	2340
Total em estágio	405
Atividades complementares	200
TOTAL GERAL DO CURSO	2945 HORAS

De acordo com a proposição para o cumprimento dos conteúdos curriculares, o tempo mínimo de integralização será de 4 (quatro) anos e o máximo, conforme o Regulamento Geral dos Cursos de Graduação da Universidade, será de 6 (seis) anos.

3.5.7 Ementas das disciplinas obrigatórias

1º período

Filosofia Moderna - A filosofia moderna e o problema do conhecimento. Racionalismo e empirismo. A Crítica da razão pura de Kant. A reação romântica ao Iluminismo e o idealismo alemão.

Antropologia I - A formação do Mundo Moderno e o seu (des)encontro com o “Outro”; o debate sobre Civilização e Cultura na Europa do século XVIII; o evolucionismo cultural; o difusionismo cultural.

~~**Sociologia I** - A formação do mundo contemporâneo. Origem e organização das ciências sociais à luz das ciências naturais. Objeto, métodos e definição da “ciência social”. Senso comum x ciência. A constituição do pensamento social no final do século XVIII e início do século XIX. O positivismo de Auguste Comte. O ofício de sociólogo.~~

A formação do mundo moderno e a questão dos direitos humanos. As revoluções burguesas e a formação do capitalismo moderno. A sociologia como ciência e o positivismo de Augusto Comte. (Alterado pela Resolução CEPE nº 34/2016)

~~**Ciência Política I** - O objeto política: conceito. Ciência Política e Teoria Política, realismo e normativismo. O fenômeno do poder e suas definições. Estado Moderno: legitimidade, origem, desenvolvimento e conceito. Estado e cidadania, o problema da representação política moderna e introdução ao estudo dos sistemas eleitorais.~~

O objeto política: conceito. Ciência Política e Teoria Política, realismo e

normativismo. O fenômeno do poder e suas definições. A noção de justiça. Estado Moderno: legitimidade, origem, desenvolvimento e conceito. Estado e cidadania e direitos humanos. (Alterado pela Resolução CEPE nº 34/2016)

História do Brasil I - A historiografia referente aos estudos e pesquisas sobre o processo de colonização do Brasil. As relações entre colônia e metrópole. As estruturas políticas, econômicas e sociais do período colonial. A historiografia referente aos estudos e pesquisas sobre o Brasil Império. A organização das estruturas políticas, econômicas e sociais do império brasileiro.

2º período

Antropologia II - ~~As teorias antropológicas modernas; Boas e a formação da Antropologia Cultural norte-americana; a Antropologia Social britânica: o funcionalismo de Malinowski e o estrutural-funcionalismo de Radcliffe-Brown; a Etnologia francesa: Durkheim e Mauss.~~

As teorias antropológicas modernas; Boas e a formação da Antropologia Cultural; conceito de raça e o relativismo cultural; a Antropologia Social britânica: o funcionalismo de Malinowski e o estrutural-funcionalismo de Radcliffe-Brown; a Etnologia francesa: Durkheim e Mauss. (Alterado pela Resolução CEPE nº 34/2016)

Ciência Política II - Teoria política clássica e instituições políticas clássicas. Teoria aristotélica das formas de governo, regimes mistos e republicanismo platônico. Jusnaturalismo antigo e medieval. Republicanismo humanista e teoria política moderna. Contratualismo e Jusnaturalismo moderno, liberdade dos antigos e dos modernos. Liberalismo e republicanismo.

Sociologia II - ~~A obra de K. Marx e F. Engels. Materialismo histórico e dialético. A estrutura e o funcionamento da sociedade capitalista. Principais conceitos de pensamento social marxista. Desdobramentos marxistas e o debate contemporâneo.~~

A obra de K. Marx e F. Engels e os fundamentos do materialismo histórico e dialético. A estrutura e o funcionamento da sociedade capitalista. Desdobramento e contribuições do pensamento marxista ao debate sobre políticas de educação ambiental e a questão dos direitos humanos na contemporaneidade. (Alterado pela Resolução CEPE nº 34/2016)

Geografia - A compreensão do espaço na antiguidade. Idade Média e a cartografia como representação subjetiva entre o sacro e o secular. As correntes da Geografia: tradicional, teórica, crítica, contemporânea. A emergência das Tecnologias de Informação e Comunicação e a disponibilidade de acesso às tecnologias de posicionamento na superfície do planeta. Distinção e especificidade da perspectiva geográfica em contraponto com as perspectivas histórica, filosófica, sociológica e econômica.

História do Brasil II - A historiografia referente aos estudos e pesquisas sobre a Primeira República e o Brasil Contemporâneo. A consolidação do regime republicano e a redefinição das elites econômicas após o fim da escravatura. A revolução de 1930 e a era Vargas. As estruturas políticas, sociais e econômicas pré-1964. As estruturas políticas, sociais e econômicas pós-1964. O processo de redemocratização da década de 1980.

3º Período

Antropologia III - ~~O método estrutural de Lévi-Strauss; o estruturalismo e os estudos de parentesco e mitologia; Antropologia e História; o impacto do estruturalismo na antropologia brasileira.~~

O método estrutural de Lévi-Strauss; o estruturalismo e os estudos de parentesco e mitologia; Antropologia e História; o impacto do estruturalismo e das críticas pós colonialistas na antropologia brasileira, raça e etnia. (Alterado pela Resolução CEPE nº 34/2016)

Sociologia III - ~~A obra de E. Durkheim. As regras do método sociológico. A divisão social do trabalho e a organização social. O ser humano e a consciência coletiva. A origem da sociologia funcionalista. Desdobramentos do pensamento sociológico-funcionalista.~~

A obra de E. Durkheim. As regras do método sociológico. A divisão social do trabalho e a organização social. O ser humano e a consciência coletiva. O pensamento sociológico-funcionalista e suas contribuições às políticas de educação ambiental e a questão dos direitos humanos. (Alterado pela Resolução CEPE nº 34/2016)

Ciência Política III - Teoria política moderna, o poder e seus limites, pesos e contrapesos, o espírito das leis. A democracia americana, o problema federalista, o poder das majorias e os direitos das minorias, os dilemas da representação política. Modernidade e política, os significados da revolução. Liberalismo utilitarista, Comunitarismo e Socialismo.

Epistemologia - A natureza da discussão epistemológica. Princípios fundamentais da lógica da dedução e da indução. A teoria da falseabilidade de Karl Popper. Thomas Kuhn e a estrutura das revoluções científicas. O paradigma físico-matemático-naturalista e suas conseqüências nas ciências sociais. Problemas epistemológicos das Ciências Sociais. Os problemas enfrentados pela sociologia do conhecimento.

Psicologia Geral - ~~A constituição histórica da Psicologia como ciência. Matrizes de pensamento psicológico. Os processos de socialização e a dialética de constituição do sujeito. Principais categorias de compreensão do psiquismo humano: consciência/alienação, atividade e personalidade.~~

Abordagens históricas e atuais em psicologia social. Psicologia Social, sujeito social, identidade e preconceito. Psicologia social comunitária. (Alterado pela Resolução CEPE nº 34/2016)

4º Período

Antropologia IV - Principais tendências do pensamento antropológico contemporâneo; Antropologia e Hermenêutica; a abordagem semiótica da cultura; a antropologia pós-moderna: etnografia como gênero literário.

Principais tendências do pensamento antropológico contemporâneo; Antropologia e Hermenêutica: a diversidade cultural e os direitos humanos; a abordagem semiótica da cultura; a antropologia pós-moderna: etnografia como gênero literário. (Alterado pela Resolução CEPE nº 34/2016)

Sociologia IV - A obra de Max Weber. Cultura e o capitalismo. Racionalização e burocracia. Política e ciência. A economia e a sociedade moderna. Religião e desencantamento do mundo. O desenvolvimento da sociologia compreensiva.

Ciência Política IV - Teoria democrática e modelos de democracia. Teoria das elites, teoria econômica da democracia e pluralismo democrático. Democracias diretas e indiretas, deliberação e democracia deliberativa. Democracia e participação política. Representação, sorteios e eleições, democracia participativa e responsabilização.

Democracia dos antigos e democracia dos modernos. A noção de povo na teoria democrática. Democracia Direta. Democracia representativa. Teoria elitista da democracia, teoria econômica da democracia e pluralismo democrático. Democracia deliberativa. Democracia e Cultura, Democracia e desenvolvimento econômico. Democracia e Capital Social. Democracia e direitos humanos. (Alterado pela Resolução CEPE nº 34/2016)

Metodologias Qualitativas e Quantitativas - Construção de teorias, formulação de conceitos e desenho de pesquisa. Formulação de problemas e de hipóteses. A medição, a construção dos dados e a operacionalização de conceitos. A pesquisa por *survey*: elaboração do questionário e aplicação de questionários. Censo e amostra. Fontes de dados secundários. A matriz de dados. Escalas e índices sintéticos. Exploração de dados e testes de hipóteses. Questões gerais sobre metodologia qualitativa. A observação participante. Entrevistas. História oral e trajetória de vida. Grupos focais e de discussão. Análise de materiais qualitativos: textos, imagem, áudio e vídeo. O debate “quanti” vs. “quali”. Críticas e questões para as duas abordagens. Usos combinados das duas formas de pesquisa.

Psicologia Social - Principais abordagens teórico-metodológicas da Psicologia Social. O sujeito psicossocial e os distintos discursos interpretativos da identidade. A vida cotidiana e a (re) produção do social mediada pelos processos intersubjetivos, grupais e institucionais. Estudo e análise das interações sociais e de questões da dimensão coletiva.

5º período

Pensamento Social Brasileiro – A afirmação da Sociologia no Brasil: evolução histórica. O desenvolvimento da Sociologia no Brasil: Gilberto Freyre, Caio Prado Jr., Fernando de Azevedo, Florestan Fernandes, Guerreiro Ramos, Álvaro Vieira Pinto, Fernando Henrique Cardoso, Octávio Ianni, Darcy Ribeiro. A produção

sociológica brasileira no período militar. As principais temáticas desenvolvidas nas décadas de 1960 aos dias atuais. (Revogado pela Resolução CEPE n.º 003/2014)

Pensamento Social Brasileiro: Perspectivas sociológicas - ~~A Sociologia no Brasil: história e desenvolvimento do campo. A criação dos cursos de Ciências Sociais e de grupos de análise da realidade brasileira. Os principais autores e as principais correntes da Sociologia no Brasil. A produção sociológica brasileira e as principais temáticas desenvolvidas da década de 1930 até os dias atuais. (Incluído pela Resolução CEPE n.º 003/2014)~~

O pensamento social brasileiro, a sociologia brasileira e a formação e desenvolvimento do capitalismo no Brasil. A relação sociedade e indivíduo no Brasil: cidadania, políticas ambientais e direitos humanos. A cultura afro-brasileira e africana na organização social. (Alterado pela Resolução CEPE nº 34/2016)

Introdução à Economia - ~~Principais escolas do pensamento econômico: clássica, liberalismo, keynesianismo. A economia mundial. Globalização e políticas econômicas. A estrutura e o funcionamento da economia de mercado: principais conceitos. (Revogado pela Resolução CEPE n.º 003/2014)~~

Pensamento Social Brasileiro: Perspectivas Políticas - ~~Formação política do Brasil: centralismo e federalismo político. Liberalismo, antiliberalismo e autoritarismo. Iberismo e americanismo na formação política brasileira. Herança ibérica e patrimonialismo. A formação de Estado corporativo no Brasil. Corporativismo e cidadania regulada. Populismo: dinâmica, conceitos e significados. Partidos e eleições entre 1945 e 1964. As razões do golpe de 1964; análises societárias e institucionais. Estado, classes e regime autoritário no Brasil. (Incluído pela Resolução CEPE n.º 003/2014)~~

Iberismo e americanismo na formação política brasileira. A constituição do povo brasileiro: a questão racial. As interpretações Weberianas e Marxistas sobre o caso brasileiro. Centralismo e federalismo político. Coronelismo, clientelismo e corporativismo na política brasileira. As razões do golpe de 64: análises societárias e institucionais. A transição para democracia. O presidencialismo de coalizão. (Alterado pela Resolução CEPE nº 34/2016)

Didática - Princípios paradigmáticos da didática. O ensino e a aprendizagem como objeto da didática. A organização curricular do ensino. A relação professor-aluno, o tempo e o espaço da sala de aula. Avaliação dos processos de ensino e de aprendizagem.

Laboratório de Ensino de Sociologia I - A escola, o contexto escolar e o ensino de Ciências Sociais. O espaço escolar, seu entorno, a organização interna do espaço escolar e o ensino de Ciências Sociais. As relações institucionais internas e externas e o ensino de Ciências Sociais. O currículo escolar e o ensino de Ciências Sociais.

6º período

Psicologia da educação - Psicologia e psicologia da educação. Teorias do desenvolvimento psicológico. Teorias sobre os processos de aprendizagem. A construção da subjetividade.

Sociologia da Educação - A educação e a escola como objetos da sociologia. Os níveis de análise da educação. A relação educação, escola e sociedade no capitalismo. A sociologia da escola. O problema da educação sob a perspectiva da sociologia crítica.

Pensamento Social Brasileiro: Perspectivas antropológicas - Reflexão sobre o pensamento social brasileiro por meio do olhar antropológico. Tendências teórico-metodológicas para pensar o Brasil desde sua formação até a contemporaneidade. Abordagem de temas referentes à Antropologia da sociedade nacional e da etnologia indígenas: cultura e identidades nacionais, crença, mitos, festas, rituais. Trajetórias, sexualidades, gênero e geração, minorias sociais, família. O mundo rural e o mundo urbano. Relações étnico-raciais (inter étnicas e etnicidade), cosmologia e religião, organização social, indigenismo e ecologia. (Incluído pela Resolução CEPE n.º 003/2014)

Política educacional brasileira - As políticas educacionais no contexto das políticas públicas. Peculiaridades da organização escolar brasileira e os contextos internacionais. Legislação, estrutura e funcionamento da educação básica.

7º período

Fundamentos da educação inclusiva I - Fundamentos sociológicos sobre os processos de inclusão. O impacto dos atuais modelos de inclusão na educação escolar. Métodos e procedimentos da educação inclusiva. Libras.

TCC I - Delimitação do problema de pesquisa. Levantamento bibliográfico. Elaboração do projeto. Definição dos instrumentos de coleta de dados.

8º período

~~**Fundamentos da educação inclusiva II** - Escola, ambiente familiar e educação inclusiva. Métodos e procedimentos da educação inclusiva. Libras. (Revogado pela Resolução CEPE n.º 055/2011)~~

LIBRAS - Bases Linguísticas de LIBRAS - Analisa as bases da LIBRAS do ponto de vista linguístico: fonética e fonologia, morfologia, sintaxe, semântica e pragmática. Enfoca a questão da Língua Natural. Apresenta o sistema de transcrição e tradução de sinais. Propõe vivências práticas para a aprendizagem da LIBRAS. Aspectos históricos e conceituais da cultura surda e filosofia do Bilinguismo. (Incluído pela Resolução CEPE n.º 055/2011)

Relações Étnico-Raciais - Culturas afro-brasileiras e indígenas na formação da sociedade nacional. Raça, etnia, negritude e branquitude. História, espaço,

economia, marcadores sociais da diferença e as dinâmicas étnico-raciais. Racismo, xenofobia, desigualdade étnico-racial no Brasil e no mundo. Direitos humanos e ações afirmativas, cotas étnico-raciais. Educação e diversidade cultural. Etnicidade e políticas identitárias. Movimento negro e movimentos de outros povos tradicionais no Brasil. (Incluído pela Resolução CEPE nº 34/2016)

Laboratório de Ensino de Sociologia II - O currículo definido e praticado pelos professores de Ciências Sociais. O currículo de sala de aula. A metodologia de ensino de Ciências Sociais. A pesquisa colaborativa e a organização do ensino de Ciências Sociais na unidade escolar. A elaboração, execução e avaliação de atividades didáticas em Ciências Sociais. A elaboração de uma proposta curricular para o ensino de Ciências Sociais.

Trabalho de conclusão de curso II - Desenvolvimento e apresentação do trabalho projetado durante o TCC I.

3.5.8 Ementas das disciplinas eletivas

Métodos e Técnicas de Pesquisa I - A pesquisa em ciências sociais. As especificidades da área. Tipos de pesquisa. Formas de levantamento: quantitativo e qualitativo. Planejamento de pesquisas. Execução, organização dos dados, análise, interpretação e elaboração de relatórios.

Métodos e Técnicas de Pesquisa II - Elaboração de projeto de pesquisa. Definição do problema de pesquisa. Pesquisa bibliográfica. Formulação de hipóteses. Seleção dos instrumentos de análise.

Escolas e Teorias Sociológicas - As principais escolas sociológicas. O funcionalismo na França e nos EUA. A escola de Frankfurt e a teoria crítica. A sociologia inglesa. O estruturalismo. O reprodutivismo. Outros enfoques e tendências da sociologia.

Tópicos em Sociologia contemporânea - A Sociologia e a contemporaneidade. Novas perspectivas sobre os métodos e objetos de estudos da Sociologia contemporânea. O debate e as formas de apreensão teóricas sobre as transformações do capitalismo contemporâneo, a modernidade e a pós-modernidade.

Partidos e Sistemas Eleitorais - A origem dos partidos políticos. Sistemas partidários. A centralidade dos partidos políticos. O desenvolvimento do sistema partidário brasileiro. Partidos políticos e democratização. Representação e a crise dos partidos políticos. Partidos e a lógica organizacional. Eleitores e partidos: a decisão do voto. Alheamento decisório do voto. Sistemas eleitorais. Sistemas proporcionais e as fórmulas de cálculo de sobras. Sistemas majoritários. Sistemas mistos. Cotas eleitorais. Sistema eleitoral brasileiro. Sistemas eleitorais e seus efeitos sobre os sistemas partidários. Reforma política e dilemas atuais.

Política e religião no Brasil redemocratizado - Questões conceituais introdutórias. Religião na esfera pública. Sistema eleitoral e representação. Catolicismo, instituição e movimento social. Evangélicos, mobilização eleitoral e atuação parlamentar.

Representação política e democracia - Democracia direta e democracia representativa. Sorteio e eleição. Representação formalista. Representação descritiva. Representação substantiva. Representação e *accountability*. Modelos de representação e sistemas eleitorais. Crise da representação política. Democracia e representação. Democracia liberal-pluralista. Participacionismo. Deliberacionismo. Republicanismo. Comunitarismo. Multiculturalismo. Igualdade e liberdade. Inclusão política e social.

Política Brasileira - Federalismo e Centralização política no Brasil. O Estado pós-30, corporativismo, cidadania social e cidadania regulada. Partidos políticos e sistema eleitoral pós-45, populismo e antipopulismo. Paralisia decisória e as origens do Regime Autoritário. Estado, desenvolvimento e elites empresariais. Transição democrática: teorias e questões. Presidencialismo de coalizão, dinâmicas do executivo e do legislativo no Brasil redemocratizado.

Família, Educação e Cultura - A educação como processo socializador mediado por instituições, tais como: a escola, a família, os meios de comunicação de massa, a educação formal e não-formal. Relação dessas mediações com o objeto da Psicologia na Educação. A relação histórica entre Psicologia e Educação e a reflexão crítica dessa interface. A crítica histórica aos procedimentos educacionais em diferentes espaços e instituições.

Indivíduo, Sociedade e Cultura - Introdução ao pensamento freudiano sobre a sociedade e a cultura; o mal estar na civilização e o conflito estrutural entre o indivíduo e a sociedade; a psicologia de massas, a análise dos grupos e o conceito de identificação. A cultura e o narcisismo; individualismo e cultura do narcisismo; aspectos psicossociais da cultura de massas e da indústria cultural.

Antropologia brasileira - Emergência e a formação do campo disciplinar e o desenvolvimento do pensamento antropológico brasileiro. As perspectivas interpretativas da sociedade e cultura brasileira através dos enfoques referentes às tradições. Etnologia Indígena e Estudos das Sociedade Nacional e suas etnografias clássicas. Antropologia do Brasil e Antropologia no Brasil. O universo cultural, temático e metodológico da antropologia que se fez e se faz no Brasil.

Antropologia da Religião - A religião como objeto de investigação antropológica. A religião e o sagrado. Magia e religião. Religião e controle social. A religião como sistema simbólico.

Antropologia Política - O problema do poder na Antropologia: definições e abordagens. As formas de organização política e de exercício do poder em sociedades sem Estado e com Estado. Simbolismo, ritualização e poder. A política

e o poder nas sociedades modernas e a questão dos Estados-nação; A política e o poder nas sociedades contemporâneas: as questões do multiculturalismo, da diversidade, da diferença e da desigualdade.

Antropologia Urbana - As teorias sobre a construção de identidades e demarcação da diferença. Etnografias enfocando a construção de identidade e os estilos de vida das sociedades complexas, urbanas, contemporâneas.

Filosofia Antiga - *Physis*: a reflexão sobre as origens. Entre o *Mythos* e o *lógos*: as origens da cosmogonia filosófica. O *lógos* heraclítico. Parmênides e o discurso sobre a natureza. Origem e sentido da *pólis*. Sócrates e os sofistas. Platão e Aristóteles: metafísica e ontologia. Epicurismo e estoicismo.

O leque de disciplinas eletivas apresentado pode ser ampliado ou alterado de acordo com as demandas dos estudantes. Isso acontece porque qualquer curso de graduação, ao longo de sua consolidação, desenvolve características próprias, de acordo com as exigências regionais, institucionais, perfil dos estudantes e do corpo docente.

3.6 Avaliação

A avaliação é um dos mais complexos aspectos da educação. Item de intensos debates ao longo dos anos, tem ganho enormes destaques por parte das políticas públicas. A avaliação está dividida em três frentes: avaliação do ensino-aprendizagem, avaliação do projeto pedagógico; avaliação externa do curso.

3.6.1 Ensino e aprendizagem

No que se refere à avaliação do ensino e da aprendizagem, esta deve ser mediadora do processo ensino/aprendizagem e permitir a articulação entre as etapas do processo pedagógico. Portanto, deve ser orientada pelos objetivos do curso e do perfil do egresso, ou seja, o desenvolvimento da capacidade de reflexão crítica e do teste e discussão de conceitos e teorias, permitindo, assim, a produção de novos conhecimentos científicos.

Dentre os princípios que norteiam a avaliação, estão:

- Cada instrumento de avaliação deve deixar transparente o que se pretende avaliar, quais competências e habilidades a serem

desenvolvidas, bem como os critérios de avaliação, os quais devem ser discutidos previamente com os alunos;

- Ao final de cada atividade acadêmica, alunos e professores devem discutir e avaliar o desenvolvimento das atividades, gerando novas propostas e caminhos para superação das dificuldades;
 - O aluno deve ter o retorno das avaliações com comentários e sugestões para superação dos problemas, reorganização e re-elaboração do conhecimento.

A avaliação deve respeitar as especificidades de cada atividade pedagógica e disciplinas, bem como as particularidades do processo de elaboração do conhecimento dos alunos e as propostas dos docentes. Internamente, o curso prende-se à autonomia dos docentes para o desenvolvimento de suas avaliações, entendendo ser este um importante aprendizado também para os alunos, no que se refere ao trabalho de um professor-pesquisador: a diversificação de métodos de avaliação. É portanto, uma maneira de se respeitar visões que nem sempre sugerem homogeneidade. De parte dos alunos é saber que se resguarde o direito de não serem prejudicados, por critérios extremamente subjetivos mas de forma a permitir a demonstração de seu aprendizado.

Alguns dos instrumentos de avaliação que podem ser utilizados são: prova individual escrita ou oral; trabalho escrito individual e/ou de grupo; ensaios aplicados à realidade estudada; estudo de aprofundamento temático; fichas de leitura; intervenções (exposição ou participação) críticas fundamentadas em conceitos e teorias, no decurso de apresentação de trabalhos escritos individuais ou de grupo; identificação e análise de situações educativas complexas e/ou problemas em uma dada realidade; elaboração de projetos; produções de textos; painéis de discussão; registros de aprendizagem (relatórios, observação sistemática, elaboração de textos/artigos, resenhas, avaliações dissertativas e painéis etc.); apresentação de seminários; memorial.

3.6.2 Acompanhamento e avaliação do Projeto Político-Pedagógico

O curso conta com o Núcleo Docente Estruturante (NDE) que tem como incumbência analisar, acompanhar e avaliar a execução do Projeto

Pedagógico. De acordo com a Resolução 1/2010 da Conaes, o NDE de um curso de graduação “constitui-se de um grupo de docentes, com atribuições acadêmicas de acompanhamento, atuante no processo de concepção, consolidação e contínua atualização do projeto pedagógico do curso”. Algumas das atribuições do NDE são: contribuir para a consolidação do perfil profissional do egresso do curso; zelar pela integração curricular interdisciplinar entre as diferentes atividades de ensino constantes no currículo; indicar formas de incentivo ao desenvolvimento de linhas de pesquisa e extensão, oriundas de necessidades da graduação, de exigências do mercado de trabalho e afinadas com as políticas públicas relativas à área de conhecimento do curso; zelar pelo cumprimento das Diretrizes Curriculares Nacionais para os Cursos de Graduação; elaborar e acompanhar o projeto pedagógico do curso em colaboração com a comunidade; avaliar e atualizar o projeto pedagógico de acordo com as necessidades do curso; apresentar relatório de acompanhamento e avaliação do projeto pedagógico ao Colegiado para conhecimento e providências; assegurar estratégia de renovação parcial dos integrantes do NDE de modo a dar continuidade no processo de acompanhamento do curso, podendo seus membros permanecerem por, no mínimo, por três anos.

A resolução interna (21/2010 do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (CEPE), da Unifal-MG, destaca que o “NDE de cada curso de graduação terá atribuições consultivas, propositivas e de assessoria sobre matéria de natureza acadêmica”.

O NDE do curso de Ciências Sociais é composto por oito docentes: dois de cada área específica, um da área básica e um especialista na formação de professores. Dentre as principais atividades, estão a cargo do NDE o acompanhamento, a organização e a supervisão do estágio, das atividades complementares e do TCC.

A avaliação do projeto se baseará em algumas atividades:

1. Avaliação institucional: questões respondidas, semestralmente, por alunos e professores, em levantamento realizado pela própria instituição, sobre diversos aspectos que vão desde as condições da

infra-estrutura universitária até os conteúdos oferecidos nas disciplinas, que permitirá a verificação do atendimento das propostas do projeto do curso;

2. Acompanhamento: reuniões (Colegiado, NDE) que buscam por meio de formas não sistemáticas, a sondagem com os alunos e os docentes, sobre o desenvolvimento do curso. Outros elementos a serem investigados serão a participação e a promoção dos alunos nas atividades acadêmicas (ensino, pesquisa e extensão);

3. Pesquisas e estudos do NDE sobre o desenvolvimento do projeto pedagógico.

A representação discente no Colegiado acompanhará todo o processo de avaliação, pois é o Colegiado é a instância decisória do curso e fórum de discussões sobre o andamento e a qualidade das ações previstas no Projeto Pedagógico.

3.6.3 Avaliação externa

Na década de 1990, os sistemas de avaliação e de monitoramento de grande alcance foram implantados de forma contínua e integrada ao planejamento e financiamento das reformas educacionais pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (INEP). O MEC implantou sistemas de avaliação e dentre eles está o Exame Nacional dos Cursos Superiores, conhecido como “provão”, iniciado em 1995, e reestruturado em 2004, como Enade. Essas provas contribuem para a avaliação do curso e, conseqüentemente, para eventuais ajustes e melhorias.

A avaliação educacional externa feita pelo INEP já assume um lugar de destaque na agenda das políticas públicas de educação no Brasil, sendo, um mecanismo importante de avaliação externa e do reconhecimento da qualidade do curso ou da necessidade de modificações.

3.7 Infraestrutura

A efetivação do curso de Ciências Sociais necessita de espaço físico, livros e equipamentos de informática. Os discentes do curso de Ciências Sociais contam com uma infraestrutura destinada ao ensino, a pesquisa e à extensão

em que estão à disposição: salas de aulas equipadas com retroprojetores, projetores multimídia, TV, videocassete, DVD e lousa.

3.7.1 Biblioteca

A Biblioteca Central da Unifal-MG, com 1.000m² de área construída, com capacidade para 200 assentos, possui 6 salas de estudo em grupo e 10 (dez) microcomputadores conectados à Internet para a realização de pesquisa. Possui um acervo informacional de aproximadamente 23.035 exemplares de livros perfazendo um total de 6.903 títulos; 964 títulos de periódicos estrangeiros e nacionais, 31.576 fascículos, 36 assinaturas correntes estrangeiras e 259 itens de materiais especiais entre CD-Rom, fitas de vídeo e DVDs.

A classificação adotada é a CDD (Dewey Decimal Classification). A Biblioteca da Unifal-MG é filiada à Rede Bibliodata, da Fundação Getúlio Vargas, o qual permite a integração automatizada entre acervos.

A Biblioteca oferece aos usuários: empréstimo domiciliar; consulta interna que permite ao usuário o acesso a obras que são mais solicitadas e que não saem no empréstimo domiciliar; comutação bibliográfica (solicitação de cópias de artigos de periódicos em outras bibliotecas, no país e no exterior); pesquisa bibliográfica (consulta em CD-ROM e bases de dados); serviço de reprografia; computadores com acesso à Internet: oito microcomputadores ligados à Internet à disposição dos usuários como mais uma fonte de pesquisa.

A Biblioteca também participa de projeto de intercâmbio entre bibliotecas e outras Instituições de Ensino, através de doação da Revista da Universidade Federal de Alfenas, com publicação anual.

A Biblioteca oferece também os seguintes serviços cooperativos e convênios:

- BIREME – Centro Latino Americano de Informações em Ciências da Saúde – Rede Nacional;
- IBICT/BDTD – Biblioteca Digital de Teses e Dissertações;
- IBICT/CCN – Catálogo Coletivo Nacional;

- IBICT/COMUT – Catálogo Coletivo Nacional de Publicações Seriadas;
- Portal de Periódicos da Capes;
- Rede Bibliodata da Fundação Getúlio Vargas (FGV) – Rede Nacional de Catalogação Cooperativa.

A consulta ao acervo é colocada à disposição da comunidade em geral.

3.7.2 Recursos de informática

A Unifal-MG dispõe de dois laboratórios de Informática de acesso livre à internet para uso da comunidade acadêmica. Em 2006 foram adquiridos pela instituição 75 (setenta e cinco) microcomputadores Pentium IV, principalmente para atender os laboratórios de informática, 6 (seis) servidores de rede para atender ao sistema acadêmico e a internet, 3 (três) *Switches* de um *gigabyte*, 2 (dois) leitores de código de barra para atender à biblioteca, 6 (seis) projetores multimídia, 3 (três) *notebooks*, 17 (dezesete) monitores de vídeo, 30 monitores de vídeo de 15” LCD, licença de utilização de antivírus corporativo para 320 estações e 10 licenças do software AutoCAD 2007. Foi configurado o servidor de e-mail, de forma a permitir o uso de *webmail* e foi instalado e configurado o sistema de voz sobre IP (*VoIP*), utilizando três servidores enviados em comodato pela RNP.

O acesso à Internet é total, no recinto da Unifal-MG, para todos os professores, funcionários e alunos, via rede interna. O acesso externo é limitado aos docentes e funcionários através de 200 linhas discadas.

Especificamente para as atividades relacionadas ao desenvolvimento do curso de Ciências Sociais, está à disposição o Laboratório do curso de Matemática que conta com 25 computadores e *softwares* de tratamento estatístico utilizados principalmente em análises quantitativas.

3.8 Corpo docente

O curso de Ciências Sociais - Licenciatura, até a presente data, é atendido pelos seguintes docentes:

Docente	Área de atuação	Graduação	Titulação	Regime
Adriano Pereira Santos	Sociologia	Ciências Sociais	Mestre	DE
Bruno José Rodrigues Durães	Sociologia	Ciências Sociais	Doutor	DE
Carlos Tadeu Siepierski	Antropologia	Ciências Sociais	Doutor	DE
Flamarion Dutra Alves	Geografia	Geografia	Doutor	DE
Gleyton Carlos da Silva Trindade	Ciência Política	Ciências Sociais	Mestre	DE
Izabel Barbelli	Psicologia	Psicologia	Doutor	40h
Leonardo Turchi Pacheco	Antropologia	Ciências Sociais	Doutor	DE
Lucas Cid Gigante	Sociologia	Ciências Sociais	Doutor	DE
Marcelo Rodrigues Conceição	Sociologia	Ciências Sociais	Doutor	DE
Marcos Lobato Martins	História	História	Doutor	DE
Mário Danieli Neto	Economia	História	Doutor	DE
Paulo César de Oliveira	Filosofia	Filosofia	Doutor	DE
Patrícia de Siqueira Ramos	Estatística	Ciência da Computação	Doutor	DE
Ronaldo Auad Moreira	Semiótica	Artes	Mestre	DE
Sandro Amadeu Cerveira	Ciência Política	História	Mestre	DE

Estão previstas as contratações de mais cinco professores até o final de 2012.

4. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. Tradução: Fernando Tomaz. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007.

BOURDIEU, Pierre; CHAMBOREDON, Jean-Claude; PASSERON, Jean-Claude. *Ofício de sociólogo*. Tradução: Guilherme João de Freitas Teixeira. Petrópolis-RJ: Vozes, 2007a.

BRASIL. Lei 11.788, de 25 de setembro de 2008. *Dispõe sobre o estágio dos estudantes*. Diário Oficial da União em 26 de setembro de 2008.

_____. Lei 9.394/96, de 20 de Dezembro de 1996. *Dispõe sobre as Diretrizes e Bases da Educação Nacional*. Brasília: Diário Oficial da União em 23 de Dezembro de 1996.

_____. Lei 11.684, de 02 de junho de 2008. *Altera o art. 36 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir a Filosofia e a Sociologia como disciplinas obrigatórias nos currículos do ensino médio.* Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2008/Lei/L11684.htm. Acessado em 20/06/2010.

_____. Decreto 5.626, de 22 de dezembro de 2005. *Regulamenta a Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras, e o art. 18 da Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000.* Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/decreto/d5626.htm. Acessado em 12/03/2009.

BRASIL, Ministério da Educação. Parecer CNE/CES 492 de 03 de abril de 2001. *Diretrizes Curriculares Nacionais dos cursos de Filosofia, História, Geografia, Serviço Social, Comunicação Social, Ciências Sociais, Letras, Biblioteconomia, Arquivologia e Museologia.* Disponível em <<http://www.mec.gov.br/legis/educsuperior.shtm>>, acessado em 20/03/2010.

_____. Resolução CNE/CES 17, de 13 de março de 2002. *Estabelece as Diretrizes Curriculares para os cursos de Ciências Sociais – Antropologia, Ciência Política e Sociologia.* Disponível em <<http://www.mec.gov.br/legis/educsuperior.shtm>>, acessado em 20/03/2010.

_____. Resolução CNE/CP 01, de 18 de fevereiro de 2002. *Institui as diretrizes Curriculares Nacionais para a formação de Professores da Educação Básica, em nível superior, curso de licenciatura, de graduação plena.* Disponível em <<http://www.mec.gov.br/legis/educsuperior.shtm>>, acessado em 20/03/2010.

_____. Resolução CNE/CP 02, de 19 de fevereiro de 2002. *Institui a duração e a carga horária dos cursos de licenciatura, de graduação plena, de formação de professores da Educação Básica em nível superior.* Disponível em <<http://www.mec.gov.br/legis/educsuperior.shtm>>, acessado em 20/03/2010.

_____. Parecer CNE/CP nº 1363 de 12 de dezembro de 2001. *Retificação do Parecer CNE/CES 492/2001, que trata da aprovação das Diretrizes Curriculares Nacionais dos Cursos de Filosofia, História, Geografia, Serviço Social, Comunicação Social, Ciências Sociais, Letras, Biblioteconomia, Arquivologia e Museologia.* Disponível em <<http://www.mec.gov.br/legis/educsuperior.shtm>>, acessado em 20/03/2010.

_____. Parecer CNE/CP nº 28 de 02 de outubro de 2001. *Dá nova redação ao Parecer CNE/CP 21/2001, que estabelece a duração e a carga horária dos cursos de Formação de Professores da*

Educação Básica, em nível superior, curso de licenciatura, de graduação plena. Disponível em <http://www.mec.gov.br/legis/educsuperior.shtm>, acessado em 20/03/2010.

_____. Parecer CNE/CP nº 009 de 08 de maio de 2001. *Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores da Educação Básica, em nível superior, curso de licenciatura, de graduação plena.* Disponível em <http://www.mec.gov.br/legis/educsuperior.shtm>, acessado em 20/03/2010.

_____. Resolução CNE/CEB nº 4, de 16 de agosto de 2006. *Altera o artigo 10 da Resolução CNE/CEB nº 3/98, que institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio.* Disponível em portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf/rceb04_06.pdf. Acessado em 25/08/2010.

_____. Resolução CEB nº 3, de 26 de junho de 1998. *Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio.* Disponível em portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/rceb001_05.pdf. Acessado em 25/08/2010.

COLLINS, Randall. On the micro foundations of macro sociology. *American Sociological Review*, n. 86, p. 984-1.014, 1981.

DURKHEIM, E. *Educação e Sociologia*. São Paulo: Melhoramentos, 1978.

PIEPER, Josef. *Abertura para o todo: a chance da universidade*. Tradução de Gilda Naécia Maciel de Barros e Luiz Jean Lauand. São Paulo: Apel, 1989.

WEBER, Max. *A ética protestante e o espírito do capitalismo*. Tradução: Pietro Nassetti. São Paulo: Martin Claret, 2004.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
Universidade Federal de Alfenas - UNIFAL-MG
Rua Gabriel Monteiro da Silva, 700
37130-00 – Alfenas - MG



RESOLUÇÃO Nº 012/2011, DE 16 DE JUNHO DE 2011
CONSELHO DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO (CEPE)
UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALFENAS - UNIFAL-MG

O Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (CEPE) da Universidade Federal de Alfenas – UNIFAL-MG, no uso de suas atribuições estatutárias e regimentais, o que consta no Processo nº 23087.002810/2011-54, e o que ficou decidido em 148ª reunião de 16 de junho de 2011.

R E S O L V E:

Art. 1º. **APROVAR** o Projeto Pedagógico do Curso de Ciências Sociais - Licenciatura.

Art. 2º. **REVOGAM-SE** as disposições em contrário.

Art. 3º. Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação no quadro de avisos da Secretaria Geral. Será, também, publicada no Boletim Interno desta Universidade.

Prof. **Edmêr Silvestre Pereira Júnior**
Presidente do CEPE

DATA DA PUBLICAÇÃO
UNIFAL-MG
17-06-2011



RESOLUÇÃO Nº 055/2011, DE 07 DE DEZEMBRO DE 2011
CONSELHO DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO (CEPE)
UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALFENAS - UNIFAL-MG

O Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (CEPE) da Universidade Federal de Alfenas – UNIFAL-MG, no uso de suas atribuições estatutárias e regimentais, o que consta no Processo nº 23087.006652/2011-10 e o que ficou decidido em sua 157ª reunião, de 07 de dezembro de 2011.

RESOLVE:

Art. 1º APROVAR a alteração na dinâmica curricular do Curso de Ciências Sociais - Licenciatura para incluir a disciplina “LIBRAS - Língua Brasileira de Sinais”, como disciplina curricular obrigatória.

Art. 2º REVOGAM-SE as disposições em contrário.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação no quadro de avisos da Secretaria Geral. Será, também, publicada no Boletim Interno desta Universidade.

Prof. **Paulo Márcio de Faria e Silva**
Presidente do CEPE

DATA DA PUBLICAÇÃO
UNIFAL-MG
08-12-2011



**RESOLUÇÃO Nº 051/2012, DE 17 DE DEZEMBRO DE 2012
CONSELHO DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO (CEPE)
UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALFENAS - UNIFAL-MG**

O Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (CEPE) da Universidade Federal de Alfenas – UNIFAL-MG, no uso de suas atribuições estatutárias e regimentais e o que ficou decidido em sua 176ª reunião, de 17 de dezembro de 2012,

R E S O L V E:

Art. 1º **APROVAR**, conforme Processo 23087.006202/2012-08, a retificação do Projeto Pedagógico do Curso de Ciências Sociais – Licenciatura, referente à alteração da carga horária da disciplina “Trabalho de Conclusão de Curso II (TCC II)”:

- onde constou: Trabalho de Conclusão de Curso II – TCC II - carga horária de 120 horas;

- constar: Trabalho de Conclusão de Curso II – TCC II - carga horária de 150 horas.

Art. 2º **DETERMINAR** que a inclusão seja consolidada na Resolução nº 012/2011, do referido Projeto Pedagógico.

Art. 3º **REVOGAM-SE** as disposições em contrário.

Art. 4º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação no quadro de avisos da Secretaria Geral. Será, também, publicada no Boletim Interno desta Universidade.

Prof. Edmêr Silvestre Pereira Júnior
Presidente do CEPE

DATA DA PUBLICAÇÃO
UNIFAL-MG
18-12-2012



RESOLUÇÃO Nº 003/2014, DE 10 DE JANEIRO DE 2014
CONSELHO DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO (CEPE)
UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALFENAS - UNIFAL-MG

O Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (CEPE) da Universidade Federal de Alfenas – UNIFAL-MG, no uso de suas atribuições estatutárias e regimentais, o que consta no Processo nº 23087.009383/2013-05 e o que ficou decidido em sua 199ª reunião, de 10 de janeiro de 2014,

RESOLVE:

Art. 1º APROVAR a retificação do Projeto Político-Pedagógico do Curso Ciências Sociais – Licenciatura, para fazer constar:

- onde consta a disciplina Introdução à Economia (60 horas teóricas) deverá constar Pensamento Social Brasileiro: Perspectivas políticas (60 horas teóricas), com a seguinte ementa: Formação política do Brasil: centralismo e federalismo político. Liberalismo, antiliberalismo e autoritarismo. Iberismo e americanismo na formação política brasileira. Herança ibérica e patrimonialismo. A formação de Estado corporativo no Brasil. Corporativismo e cidadania regulada. Populismo: dinâmica, conceito e significados. Partidos e eleições entre 1945 e 1964. As razões do golpe de 64: análises societárias e institucionais. Estado, classes e regime autoritário no Brasil.
- onde consta a disciplina Pensamento Social Brasileiro (60 horas teóricas) deverá constar Pensamento Social Brasileiro: Perspectivas Sociológicas (60 horas teóricas), com a seguinte ementa: A Sociologia no Brasil: história e desenvolvimento do campo. A criação dos cursos de Ciências Sociais e de grupos de análise da realidade brasileira. Os principais autores e as principais correntes da Sociologia no Brasil. A produção sociológica brasileira e as principais temáticas desenvolvidas da década de 1930 até os dias atuais.
- onde consta disciplina eletiva sexto período será inserida a disciplina Pensamento Social Brasileiro: Perspectivas antropológicas (60 horas) como disciplina obrigatória, com a seguinte ementa: Reflexão sobre o pensamento social brasileiro através do olhar antropológico. Tendências teórico-metodológicas para pensar o Brasil através de sua formação até a contemporaneidade. Abordagem de temas referentes à Antropologia da sociedade nacional e da etnologia indígenas: Cultura e identidades nacionais, Crença, mito, festas e rituais. Trajetórias, sexualidades, gênero e geração, minorias sociais, Família. O mundo rural e o mundo urbano. Relações étnico-raciais (inter étnicas e etnicidade), cosmologia e religião, organização social, indigenismo e ecologia.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
Universidade Federal de Alfenas - UNIFAL-MG
Rua Gabriel Monteiro da Silva, 700
37130-000 – Alfenas - MG



Art. 2º DETERMINAR que a inclusão seja consolidada na Resolução nº 012/2011, do referido Projeto Político-Pedagógico.

Art. 3º REVOGAM-SE as disposições em contrário.

Art. 4º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação no quadro de avisos da Secretaria Geral e será, também, publicada no Boletim Interno desta Universidade.

Prof. Edmêr Silvestre Pereira Júnior
Presidente do CEPE

DATA DA PUBLICAÇÃO
UNIFAL-MG
10-01-2014



UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALFENAS - UNIFAL-MG
CONSELHO DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO (CEPE)
RESOLUÇÃO Nº 34, DE 24 DE OUTUBRO DE 2016

O Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (CEPE) da Universidade Federal de Alfenas – UNIFAL-MG, no uso de suas atribuições estatutárias e regimentais, o que consta do Processo nº 23087.011453/2016-20 e o que ficou decidido em sua 246ª reunião, realizada em 24 de outubro de 2016, resolve:

Art. 1º Aprovar a alteração do Projeto Político-Pedagógico do Curso de Ciências Sociais-Licenciatura, para fazer constar as seguintes modificações, para todos os alunos matriculados no curso:

- retirada de uma disciplina optativa do 8º período do curso;
- inclusão da disciplina obrigatória “Relações Étnico-Raciais”, com carga horária de 60 horas, no 8º período do curso, de acordo com a ementa discriminada nas folhas 1 e 2 do processo;
- mudança das ementas das disciplinas discriminadas nas folhas 2, 3 e 4 do processo.

Art. 2º Determinar que a alteração seja consolidada na Resolução CEPE nº 12/2011, do referido Projeto Político-Pedagógico

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor no início do 1º (primeiro) semestre letivo de 2017.

Profa. Magali Benjamim de Araújo
Presidente do CEPE



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALFENAS - UNIFAL-MG
CONSELHO DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO (CEPE)
RESOLUÇÃO Nº 44 , DE 07 DE DEZEMBRO DE 2016**

O Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (CEPE) da Universidade Federal de Alfenas – UNIFAL-MG, no uso de suas atribuições estatutárias e regimentais , o que consta do Processo nº 23087.011980/2016-34 e o que ficou decidido em sua 249ª reunião, realizada em 07 de dezembro de 2016, resolve:

Art. 1º Aprovar a alteração do Projeto Político-Pedagógico do Curso de Ciências Sociais-Licenciatura, para fazer constar a seguinte modificação, para todos os alunos matriculados no curso:

- 3.5.1 Disciplinas presenciais

(...)

Os alunos deverão cumprir 180 horas em disciplinas eletivas e optativas.

Art. 2º Determinar que a alteração seja consolidada na Resolução CEPE nº 12/2011, do referido Projeto Político-Pedagógico

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor no início do 1º (primeiro) semestre letivo de 2017.

Prof. Paulo Márcio de Faria e Silva
Presidente do CEPE